



Ministério da Justiça  
Departamento de Polícia Rodoviária Federal  
13ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal

## RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Maceió, 03/2014



Ministério da Justiça  
Departamento de Polícia Rodoviária Federal  
13ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal

## RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 127/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013.

Maceió, 03/2014

# Sumário

1. Identificação e Atributos.....	8
1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	8
1.2. Finalidade e Competências Institucionais.....	8
1.3. Organograma Funcional.....	11
1.3.1. Regimento Interno.....	12
1.4. Macroprocessos Finalísticos.....	25
1.5. Principais Macroprocessos de Apoio.....	31
1.6. Principais Parceiros Relacionados aos Macroprocessos Finalísticos.....	31
1.7. Introdução.....	33
2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	34
2.1. Planejamento da unidade.....	34
2.1.1. Estratégias Adotadas para Atingir os Objetivos Estratégicos.....	36
2.2. Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados.....	38
2.2.1. Programa Temático.....	38
2.2.2. Objetivo.....	38
2.2.3. Ações.....	38
2.2.3.1. Ações – OFSS.....	39
2.2.3.2. Ações/Subtítulos – OFSS.....	39
Análise Situacional da Ação 14VN.....	39
Análise Situacional da Ação 2000.....	40
Análise Situacional da Ação 20IC.....	42
Análise Situacional da Ação 200G.....	42
Análise Situacional da Ação 2723.....	43
Análise Situacional da Ação 86A1.....	50
Análise Situacional da Ação 8698.....	51
Análise Situacional da Ação 7U23.....	52
Análise Situacional da Ação 2004.....	53
Análise Situacional da Ação 8785.....	53
Análise Situacional da Ação 20UB.....	54
2.2.3.3. Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados – OFSS.....	54
2.2.3.4. Ações - Orçamento de Investimento – OI.....	56
Análise Situacional da Ação 2000.....	56
Análise Situacional da Ação 20IC.....	57
Análise Situacional da Ação 2723.....	57
Análise Situacional da Ação 8698.....	58
2.3. Informações sobre outros resultados da gestão.....	58
3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....	60
3.1. Estrutura de Governança.....	60
3.2. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....	60
3.3. Sistema de Correição.....	62
3.4. Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU.....	63
3.5. Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos.....	64
4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	64
4.1. Execução das Despesas.....	64
4.1.1. Programação.....	64
4.1.2. Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	65
4.1.3. Realização da Despesa.....	66

4.1.3.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total.....	66
4.1.3.2. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ.....	66
4.1.3.3. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total.....	66
4.1.3.4. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ.....	66
4.1.3.5. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	67
4.1.3.6. Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	68
4.2. Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	69
4.3. Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.....	69
Análise Crítica.....	69
4.4. Transferências de Recursos.....	72
4.4.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício.....	72
4.4.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.....	73
4.4.3. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse.....	73
4.4.4. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse.....	73
4.4.5. Análise Crítica.....	74
4.5. Suprimento de Fundos.....	75
4.6. Renúncias sob a Gestão da UJ.....	75
<b>5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS</b>	
<b>RELACIONADOS.....</b>	<b>75</b>
5.1. Estrutura de Pessoal da Unidade.....	75
5.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	75
5.1.1.1. Lotação.....	75
5.1.1.2. Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada.....	76
5.1.2. Qualificação da Força de Trabalho.....	77
5.1.2.1. Estrutura de Cargos e de Funções.....	77
5.1.2.2. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade.....	78
5.1.2.3. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade.....	79
5.1.3. Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	80
5.1.4. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	82
5.1.4.1. Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria.....	82
5.1.4.2. Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada.....	82
5.1.5. Cadastramento no Sisac.....	83
5.1.5.1. Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC.....	83
5.1.5.2. Atos Sujeitos à comunicação ao TCU.....	83
5.1.5.3. Regularidade do cadastro dos atos no Sisac.....	84
5.1.5.4. Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico.....	84
5.1.6. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	85
5.1.7. Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	85
5.1.8. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	85
5.2. Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários.....	85
5.2.1. Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão .....	85

5.2.2. Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados.....	85
5.2.3. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.....	86
5.2.4. Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	87
5.2.5. Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4.....	88
5.2.6. Composição do Quadro de Estagiários.....	88
6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	88
6.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....	88
6.1.1. Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada.....	88
6.1.2. Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros.....	92
6.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	93
6.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	93
6.2.2. Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional.....	94
6.2.3. Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ.....	95
7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO.....	96
7.1. Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....	96
7.1.1. Análise Crítica.....	98
8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	100
8.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	100
8.2. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	102
9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.....	103
9.1. Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU.....	103
9.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	103
9.1.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	103
9.2. Tratamento de Recomendações do OCI.....	104
9.2.1. Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício.....	104
9.2.2. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	104
9.3. Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna.....	105
9.4. Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93.....	105
9.4.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....	105
9.4.2. Situação do Cumprimento das Obrigações.....	105
9.5. Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário.....	105
9.6 Alimentação SIASG E SICONV.....	106
10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	107
10.1. Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.....	107
10.2. Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade.....	107
11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	108
11.1. Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	108
11.2. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis.....	109
11.2.1 Declaração com Ressalva.....	109
12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	110

## Índice de quadros e tabelas

Quadro I - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	8
Quadro II – Ação 14VN – OFSS.....	39
Quadro III – Ação 2000 – OFSS.....	40
Quadro IV – Ação 20IC – OFSS.....	41
Quadro V – Ação 200G – OFSS.....	42
Quadro VI – Ação 2723 – OFSS.....	43
Quadro VII – Ação 86A1 – OFSS.....	50
Quadro VIII – Ação 8698 – OFSS.....	51
Quadro IX – Ação 7U23 – OFSS.....	52
Quadro X – Ação 2004 – OFSS.....	52
Quadro XI – Ação 8785 – OFSS.....	53
Quadro XII – Ação 20UB – OFSS.....	54
Quadro XIII – Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar - OFSS.....	54
Quadro XIV – Ações do Orçamento de Investimento.....	56
Quadro XV – Ações do Orçamento de Investimento.....	57
Quadro XVI – Ações do Orçamento de Investimento.....	57
Quadro XVII – Ações do Orçamento de Investimento.....	58
Quadro XVIII – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	60
Quadro XIX – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa.....	65
Quadro XX – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	67
Quadro XXI – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	68
Quadro XXII - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores.....	69
Quadro XXIII – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....	72
Quadro XXIV – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	73
Quadro XXV – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12.....	75
Quadro XXVI – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ.....	76
Quadro XXVII – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro).....	77
Quadro XXVIII – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12...78	
Quadro XXIX – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12.....	79
Quadro XXX - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.....	80
Quadro XXXI - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro.....	82
Quadro XXXII - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.....	82
Quadro XXXIII – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	83
Quadro XXXIV – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	83
Quadro XXXV – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac.....	84
Quadro XXXVI – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007).....	84
Quadro XXXVII - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.86	
Quadro XXXVIII - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	87
Quadro XXXIX - Composição do Quadro de Estagiários.....	88
Quadro XL – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União...93	
Quadro XLI – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional.....	94
Quadro XLII – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ.....	95
Quadro XLIII – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada.....	96
Quadro XLIV - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	100

Quadro XLV – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	102
Quadro XLVI - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	103
Quadro XLVII - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	103
Quadro XLVIII - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	104
Quadro XLIX - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	104
Quadro L – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	105
Quadro LI – declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV.....	106

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASI – Sistema de Controle de Patrimônio e Almoxarifado  
CAIF – Coeficiente de Adequação das Unidades Operacionais  
CGO – Coordenação Geral de Operações  
CGPLAM – Coordenação Geral de Planejamento e Modernização  
CIEE – Centro de Integração Empresa Escola  
CIOP – Central de Informações Operacionais da Polícia Rodoviária Federal  
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas  
COEN – Coordenação de Ensino  
CR – Corregedoria Regional  
DCC – Divisão de Combate ao Crime  
DG – Direção Geral  
DN – Decisão Normativa  
DPRF – Departamento de Polícia Rodoviária Federal  
EDA – Computador de mão, usado para emissão eletrônicas de Autos de Infração, entre outros usos  
INFO - Informe  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
MJ – Ministério da Justiça  
MPLS – Multi Protocol Label Switching – mecanismo de transporte de dados na internet  
NOE – Núcleo de Operações Especiais  
NUTEL – Núcleo de Telemática  
NUINT – Núcleo de Inteligência  
OFSS – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social  
PAD – Processo Administrativo Disciplinar  
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual  
PPA – Plano Plurianual  
PRF – Polícia Rodoviária Federal  
RELINT – Relatório de Inteligência  
SAF – Seção Administrativa e Financeira  
SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência  
SEFAZ – Secretaria da Fazenda  
SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos  
SPF – Seção de Policiamento e Fiscalização  
SRH – Seção de Recursos Humanos  
SRPRF – Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal  
TCU – Tribunal de Contas da União  
TI – Tecnologia da Informação  
UG – Unidade Gestora  
UJ – Unidade Jurisdicionada  
UO – Unidade Orçamentária



## 1. Identificação e Atributos

### 1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada

#### Quadro I - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Departamento de Polícia Rodoviária Federal		<b>Código SIORG:</b> 000704	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa:</b> 13ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/AL			
<b>Denominação Abreviada:</b> 13ª SRPRF/AL			
<b>Código SIORG:</b>	<b>Código LOA:</b> UJ não é UO	<b>Código SIAFI:</b> 200129	
<b>Situação:</b> ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> órgão público		<b>CNPJ:</b> 00.394.494/0124-95	
<b>Principal Atividade:</b> segurança e ordem pública		<b>Código CNAE:</b> 8424-8/00	
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(082) 2122-1300	(082) 2122-1302	(082) 2122-1360
<b>Endereço Eletrônico:</b> sup.al@dprf.gov.br			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.dprf.gov.br">http://www.dprf.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Av. Durval de Góes Monteiro, 2882 – Tabuleiro – CEP 57.081-285 - Maceió/AL			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Constituição da República Federativa do Brasil – 1988	A Polícia Rodoviária Federal está inclusa no Capítulo III (Da Segurança Pública – Artigo 144)		
Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1.990	Inclui a Polícia Rodoviária Federal na área de competência do Ministério da Justiça (Artigo 19)		
Decreto nº 1.655, de 03/10/1995, publicado no D.O.U. De 04/10/1995	Define a competência da Polícia Rodoviária Federal e dá outras providências.		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portaria MJ no 1.375, de 02/08/2007, publicada no D.O.U. De 06/08/2007 - Dispõe sobre o Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
	Não se aplica.		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
	Não se aplica.		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
		Não se aplica.	

### 1.2. Finalidade e Competências Institucionais

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal, Órgão específico singular, integrante da estrutura regimental do Ministério de Justiça, conforme art. 2º, inciso II, alínea "h", do Anexo I do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, cuja finalidade é a de exercer as competências estabelecidas no §2º do artigo 144 da Constituição da República Federativa do Brasil, no artigo 20 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, no Decreto nº 1.655, de 3 de outubro de 1995.

A 13ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal, sendo uma unidade desconcentrada do DPRF, é responsável pelas atribuições determinadas e este Órgão no âmbito das rodovias e estradas federais circunscritas ao Estado de Alagoas.

As rodovias federais representam fator estratégico na aplicação de qualquer programa nacional, pois representam o elo de integração nacional consolidado pela presença da Polícia Rodoviária Federal em todo o país em contato direto com a população.

Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois as consequências desfavoráveis deste tipo de ocorrência interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais no atendimento às vítimas. Acrescentem-se os prejuízos causados às cargas e veículos sinistrados, entre outros, que contabilizam bilhões de reais, além de danos irreparáveis na vida das famílias brasileiras. Com uma ação mais efetiva para a redução das vítimas de acidentes, pode-se reduzir os gastos da previdência social e do sistema de saúde com inválidos e com atendimento aos acidentados em milhares de reais.

Além do trânsito geral de veículos, é imperativo ressaltar a importância de ações focadas aos profissionais de transporte que fazem fluir quase a totalidade da produção e das riquezas de nosso país, sendo necessário prestar uma melhor assistência e orientação a essa categoria de trabalhadores que trafegam diariamente nas rodovias federais.

Há ainda necessidade de implementação de ações de segurança e educação de trânsito previstas pelo Código de Trânsito Brasileiro incentivando a conscientização dos motoristas para a prática de um trânsito mais seguro.

Nas últimas décadas as competências da Polícia Rodoviária Federal foram se expandindo, na medida em que a Instituição passou a ser demandada para ações de combate aos crimes ambientais, de exploração do trabalho escravo, de exploração sexual de crianças e adolescentes, dentre outras.

No entanto, a ampliação de atividades não resultou em aumento proporcional do efetivo policial, caminhando na razão inversa do crescimento da malha viária a ser patrulhada, do acréscimo dos veículos em circulação, do aumento do número de condutores e pedestres em trânsito, da ampliação da circulação de mercadorias pelas vias terrestres, além do aumento vertiginoso dos índices de criminalidade, ocorrido tanto nas cidades como nas rodovias.

Atualmente verificamos que a situação da violência e da criminalidade urbana e rural estende-se até o leito das rodovias federais, assolando a população em patamares extremamente críticos. O transporte de carga efetuado pelo modal rodoviário no Brasil atrai, de uma forma ou outra, a atuação dos criminosos que transitam pelas BRs. Fica evidente também que os meliantes utilizam as rodovias para fugas, práticas delituosas, transporte de produtos e subsídios do crime, além de muitos outros. O suporte logístico que financia e mantém o crime, embora possa chegar em portos e aeroportos, certamente transitará de uma forma ou outra por nossas rodovias federais, visto que a criminalidade não se sustenta ativa nesses locais - ela ocorre no seio de nossa sociedade.

O simples aumento na ação de repressão nos locais de ocorrência da criminalidade não representa uma qualidade efetiva na ação do Estado pois, estará combatendo a consequência já instalada, sem uma ação que evite que a sociedade seja vitimizada por esses fatores, além do fato de que o crime já estará interferindo na vida cotidiana da sociedade pelo combate entre polícia e criminosos pois, à medida que a polícia se reforça simplesmente para combater o crime, a criminalidade também se reforça para combater a polícia.

As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem demasiadamente a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido, pois a facilidade de dispersão das informações referentes aos crimes, pelo simples fato de que os dados referentes à ocorrência estarão distribuídos em inúmeras localidades. Criminosos de diversas localidades podem simplesmente “eleger” algum ponto da rodovia mais favorável de sua atuação, colocando a população sob permanente ameaça de uma ação criminosa.

Outro fator que se constitui na própria característica dos chamados crimes de trânsito, onde os veículos são utilizados como instrumentos para a execução de práticas delituosas, englobando, além dos crimes de trânsito, todo o crime configurado pelo transporte ilícito, como o tráfico de drogas e armas, o descaminho, o contrabando, o transporte irregular, dentre muitos outros.

Vários segmentos do crime podem ser combatidos de maneira otimizada nas rodovias federais pela inter-relação das ações criminosas, tais como os crimes de evasão fiscal e de divisas, o transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, o trabalho escravo, a exploração sexual infantil (que se concentra às margens das rodovias), o tráfico de pessoas, o transporte de materiais irregulares e falsificados, etc.

É importante citar que os assaltos à cargas e passageiros em rodovias federais vêm crescendo a cada período, aumentando os valores do frete e do transporte com seguros, escoltas e proteções adicionais que refletirão nos custos a serem repassados ao consumidor final de bens e serviços, aumentando o custo de vida e o impacto econômico da sociedade.

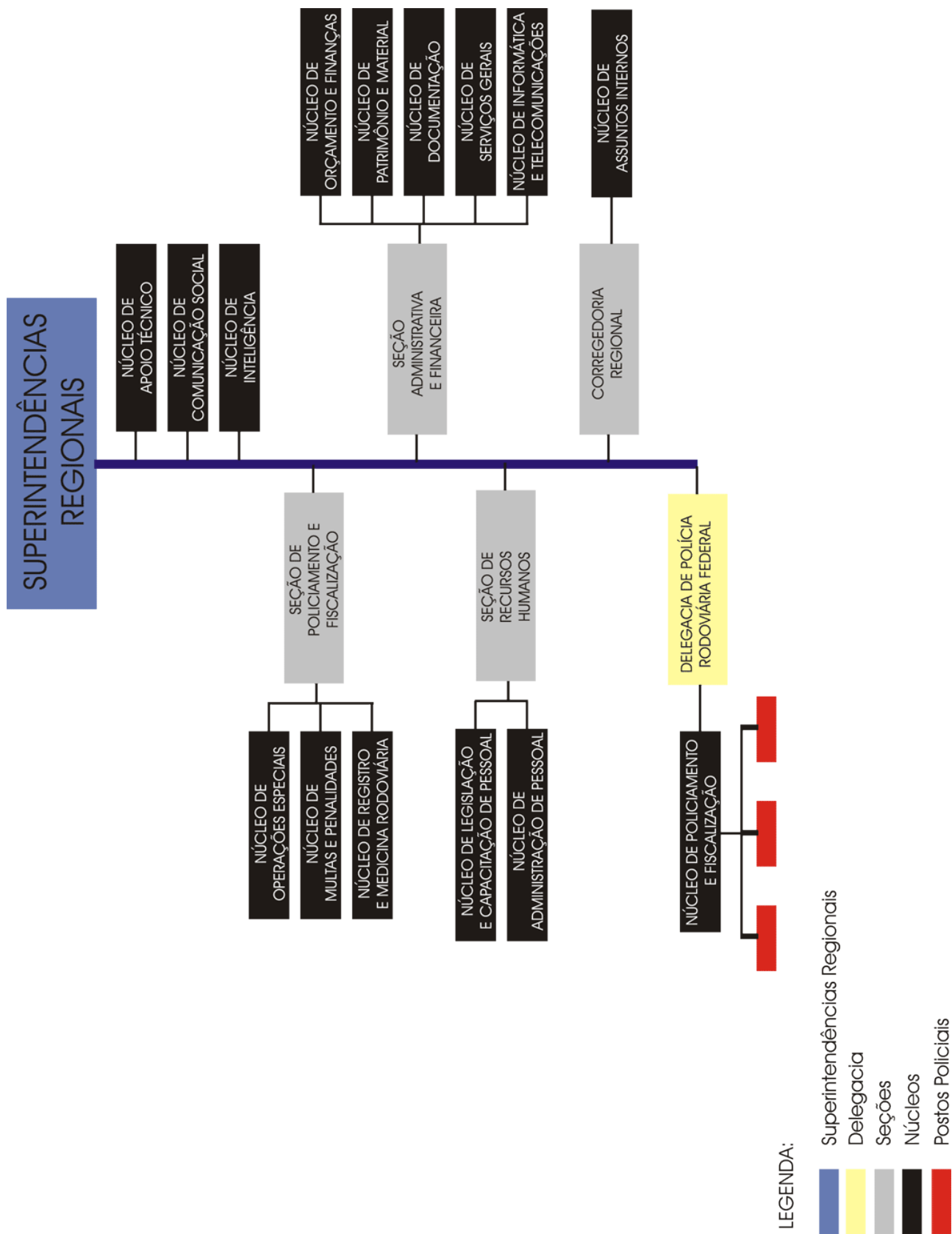
Outros fatores identificados da situação social do país e campo de atuação da Polícia Rodoviária Federal são as manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos para reforma agrária, passando pelas manifestações dos caminhoneiros, até reivindicações locais por demandas diversas da sociedade onde, frequentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população, bem como a necessidade da presença ostensiva do Estado caracterizada pela Polícia Rodoviária Federal no apoio à Sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas. Por outro lado verificamos outro fator importantíssimo da constituição da segurança pública representada pela condição do trânsito de veículos e pessoas em nosso país. O foco de atuação deste programa está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão proporcionada pelo braço identificado do Estado de forma preventiva aliada a necessária repressão do crime, ou seja, não se pretende o simplório atendimento da grave situação de segurança pública – e almejada a real segurança proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço da criminalidade aliada às ações de inteligência policial com a execução de ações voltadas a prevenção e repressão ao crime organizado e ao tráfico de drogas.

As ações desenvolvidas nas rodovias federais deverão ser integradas com os demais órgãos das forças de segurança pública e da sociedade em geral, em vista de que o transporte de materiais ilícitos e o trânsito de criminosos inevitavelmente estarão combinados com infrações nas áreas atinentes da polícia judiciária, do fisco, dos crimes transnacionais, do meio ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em todas as esferas, dentre muitos outros.

A Polícia Rodoviária Federal é o único órgão de âmbito federal capaz de reduzir os graves parâmetros em que se encontra a situação da segurança pública de nossas rodovias federais e, em virtude de sua capilaridade por todo o território nacional, servir como articulador direto de operacionalidade de um plano nacional de segurança pública, pois é constituída de cerca de 500 unidades policiais e uma abrangência de ação de mais de 3500 municípios em todo o Brasil, bem como possui serviço direto, identificado e ininterrupto a sociedade durante as 24 horas do dia, 7 dias por semana, em todos os dias do ano.

Além disso, a Polícia Rodoviária Federal possui a capacidade de utilização de recursos provenientes dos seus serviços prestados, arrecadação de multas e parcerias de cooperação técnica e financeira.

### 1.3. Organograma Funcional



### 1.3.1. Regimento Interno

Às Superintendências Regionais, nos âmbitos das respectivas circunscrições, previstas no Portaria nº 1.375 de 2 de agosto de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 150, de 6 de agosto de 2007, compete:

- I - executar as atividades pertinentes ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal;
- II – conceder remoção a pedido, anuênios, adicional de periculosidade ou insalubridade, licença-prêmio, quintos/décimos, isenção de imposto de renda, averbação de tempo de serviço, abono de permanência e apostilamento de proventos, observada a respectiva legislação vigente;
- III – emitir certidões por tempo de serviço dos servidores lotados na Unidade Regional;
- IV - lotar servidores no âmbito da Unidade Regional;
- V - conceder remoção, ex-offício, no âmbito da Unidade Regional, desde que não decorra ônus para a União;
- VI - aprovar as ações de capacitação no âmbito de sua competência;
- VII - aprovar e encaminhar o planejamento anual de ações de capacitação sob sua responsabilidade;
- VIII - autorizar a participação de servidores, sob sua subordinação, nas ações de capacitação;
- IX - autorizar a participação de servidores instrutores, sob sua subordinação, nas atividades de instrutoria nas ações de capacitação da Regional e do Departamento;
- X - encaminhar relatório de atividades de ações de capacitação ocorridas no âmbito de suas competências; e
- XI - zelar pela harmonia, hierarquia e ética funcional dos servidores.

Ao Superintendente incumbe:

- I - planejar, dirigir e coordenar a execução das atividades das respectivas unidades administrativas vinculadas, com observância da legislação em vigor, do disposto neste Regimento Interno e nas diretrizes emanadas pela administração central do Departamento;
- II - aprovar planos, programas de trabalho, projetos básicos e termos de referência, elaborados pelas áreas subordinadas, no âmbito de sua atuação, observadas as diretrizes do Departamento, e apresentar relatório das atividades desenvolvidas pelas unidades administrativas vinculadas sob sua circunscrição;
- III - ordenar o empenho de despesas e sua liquidação, bem como assinar ordens bancárias em conjunto com o co-responsável pela gestão dos recursos orçamentários e financeiros;
- IV - firmar contratos, convênios ou ajustes, cujo objeto esteja relacionado com assuntos de interesse do Departamento, observadas as exigências legais;
- V - fornecer informações, sugestões e subsídios para a elaboração da proposta orçamentária e financeira do Departamento;
- VI - supervisionar e acompanhar o desenvolvimento da execução física, contábil e financeira de sua unidade administrativa;
- VII - ratificar atos de dispensa e inexigibilidade e homologar os resultados das licitações no

âmbito da Superintendência e do Distrito Regional;

VIII - realizar tomadas de contas especial dos responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte dano ao erário;

IX - elaborar e fornecer à administração central, dados estatísticos e outras informações importantes relativas às atividades da respectiva unidade administrativa;

X - adotar medidas necessárias ao aperfeiçoamento dos serviços, além de zelar para que os trabalhos sob sua direção estejam regulares, adotando providências para mantê-los atualizados;

XI - baixar atos administrativos e de caráter normativo, relacionados com assuntos de competência do Departamento, no âmbito de sua circunscrição;

XII - pronunciar-se sobre pedidos de licenças, transferência ou remoção de servidores lotados na Superintendência e no Distrito Regional sob a sua direção;

XIII - propor à autoridade superior a designação ou dispensa dos ocupantes de função de confiança;

XIV - indicar ou designar servidores para participar de cursos, treinamentos e outros eventos;

XV - autorizar a expedição de certidões, atestados e outros documentos relativos a assuntos específicos da unidade sob sua direção;

XVI - determinar o arquivamento de documentos e processos relacionados com a sua área de atuação;

XVII - instaurar processo administrativo disciplinar, sindicância administrativa disciplinar e sindicância investigativa, expedir ordem de missão para realização de investigações, assim como aplicar penalidades disciplinares nos limites de suas atribuições;

XVIII - aplicar penalidades administrativas por infração de trânsito, nos termos do artigo 20 da Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997;

XIX - convocar servidores de sua unidade administrativa para participar de comissões ou grupos de estudos, objetivando a definição de diretrizes ou para a realização de trabalhos específicos, sob a responsabilidade de sua unidade administrativa;

XX - designar o Consultor Interno de Capacitação, cujas atribuições serão definidas em norma do Diretor-Geral;

XXI - designar servidores lotados em outras Unidades Regionais para comporem comissões disciplinares no âmbito de sua competência, após publicação do ato de disposição emitido pela Corregedoria- Geral; e

XXII - orientar os servidores quanto à harmonia, hierarquia e ética profissional no ambiente de trabalho.

Núcleo de Apoio Técnico – NUAT, compete:

I - promover a devida instrução processual e procedimental, no âmbito do Gabinete do Superintendente;

II - prestar assistência ao Superintendente, no tocante à conformidade dos atos administrativos;

III – prestar acompanhamento administrativo nos processos eamento administrativo nos

processos e decisões judiciais de interesse da Superintendência;

IV - elaborar e orientar a confecção de minutas dos documentos a serem assinados pelo Superintendente;

V - prestar auxílio técnico às demais áreas da Superintendência e Delegacias, quando solicitado;

VI - reunir, organizar, zelar e manter atualizado todo o acervo de livros, revistas e demais publicações jurídico-legais da Superintendência; e

VII - providenciar a edição, publicação e distribuição do boletim de serviço regional, bem como a reprodução e distribuição às chefias da Regional de um exemplar do boletim de serviço central.

Núcleo de Comunicação Social – NUCOM, compete:

I - orientar e assistir ao Superintendente nos assuntos relativos à área de comunicação social;

II - promover e executar as atividades de relações públicas, de divulgação e de publicidade oficial do Departamento, no âmbito da Superintendência;

III - providenciar, analisar e supervisionar a elaboração e distribuição de material de propaganda institucional;

IV - apurar, editar, redigir e difundir matérias do interesse da Superintendência;

V - programar e promover a execução de solenidades, além de orientar e acompanhar a realização de reuniões, encontros, simpósios, congressos e outros eventos do interesse da Superintendência; e

VI - promover a articulação da Superintendência com outros órgãos da Administração Pública, bem como manter cadastro atualizado de autoridades.

Núcleo de Inteligência – NUIINT, compete:

I - seguir as diretrizes instituídas pelo Coordenador de Inteligência do Departamento;

II - assessorar e manter o Superintendente informado sobre as atividades de inteligência;

III - apresentar relatório periódico das atividades de inteligência ao Superintendente e ao Coordenador de Inteligência;

IV - planejar, propor e coordenar as atividades de inteligência na Superintendência;

V - produzir conhecimentos resultantes do processamento completo das informações obtidas pela atividade de inteligência;

VI - intensificar a produção de conhecimentos para a atividade- fim, atuando em conjunto com as Delegacias e a Seção de Policiamento e Fiscalização da Superintendência;

VII - cumprir e fazer cumprir a legislação pertinente à salvaguarda de assuntos sigilosos;

VIII - identificar, acompanhar e avaliar as ameaças reais ou potenciais à área de atuação da Superintendência;

IX - planejar e elaborar o Plano de Segurança Orgânica da sede da Superintendência, bem como nas Delegacias e Postos subordinados à Superintendência;

X - solicitar dados, informações e conhecimentos aos órgãos de inteligência, sobre assuntos de interesse da Superintendência;

XI - manter intercâmbio com órgãos públicos e entidades privadas, com vistas à

obtenção de dados relacionados com a sua área de atuação;

XII - manter sob sua guarda toda a documentação encaminhada para os arquivos da área de inteligência;

XIII - receber, conferir e classificar documentos, expedientes e demais correspondências, bem como controlar o trâmite de correspondências enviadas e recebidas por meio de malotes específicos da área;

XIV - propor a aplicação de cursos de capacitação, especialização, seminários, palestras e outros eventos ligados à atividade de inteligência, apresentando projetos ao Coordenador de Inteligência do Departamento, por intermédio do Superintendente; e

XV - elaborar e propor o Plano Anual de Atividades de Inteligência na Superintendência.

Seção de Policiamento e Fiscalização – SPF, compete:

I - programar, determinar, supervisionar e executar as atividades de policiamento, escolta, segurança e medicina rodoviária, inspeção e fiscalização de trânsito, transporte de pessoas e bens, controle e arrecadação de multas, prevenção e repressão ao roubo e furto de veículos e de cargas, prevenção e levantamento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas, credenciamento de escoltas, estatísticas e transitometria;

II - coletar, atualizar e repassar à Divisão de Patrimônio e Material informações pertinentes à estadia, alimentação, locomoção e outros dados necessários ao planejamento de apoio logístico, quando da realização de operações fora da circunscrição da Superintendência;

III - coordenar e controlar as atividades da Central de Informações Operacionais - CIOP, mantendo-a sob sua subordinação direta;

IV - orientar, supervisionar e controlar os serviços de escolta e segurança, nos deslocamentos de autoridades nacionais e estrangeiras, em articulação com os demais órgãos responsáveis, mantendo sob seu comando direto um corpo de motociclistas para a execução dessas tarefas;

V - organizar e manter atualizado o controle dos veículos e bens apreendidos; o cadastro de formulários destinados à apreensão de documentos, veículos, armas e outros objetos; bem como o cadastro dos documentos extraviados, cancelados ou danificados;

VI - programar, orientar e executar comandos e operações especiais de prevenção e repressão às infrações de trânsito, objetivando a redução dos acidentes; e

VII - realizar levantamentos estatísticos e pesquisas das atividades operacionais desenvolvidas pela Superintendência, além de outros procedimentos necessários à consecução da missão institucional do Departamento, elaborando mapas, gráficos e relatórios demonstrativos para retratar a situação real das ações e serviços prestados ao longo das rodovias e estradas federais.

Núcleo de Operações Especiais – NOE, compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades relativas ao policiamento rodoviário e às operações relacionadas com a segurança pública;

II - estudar, revisar e propor normas, instruções e regulamentações referentes a abordagem, bloqueio de estradas, controle de tráfego e demais ações de policiamento;

III - executar, controlar e avaliar as operações especiais desencadeadas pela Superintendência;



IV - apoiar outros órgãos do sistema de segurança pública, no desempenho de missões cujas características exijam táticas e procedimentos especiais, quando autorizado pelo superior hierárquico;

V - executar, acompanhar e promover trabalhos e operações de prevenção e repressão aos crimes de roubo e furto de veículos e cargas, tráfico ilícito de substâncias entorpecentes, tráfico de armas, munições e produtos controlados, contrabando, descaminho, falsificação de produtos, adulteração de combustíveis, outros crimes contra o patrimônio, e demais delitos praticados nas rodovias e estradas federais;

VI - executar, acompanhar e promover ações específicas no combate ao trabalho escravo, à exploração sexual infanto-juvenil, ao tráfico de seres humanos, aos crimes ambientais, à lavagem de dinheiro, ao crime organizado, e demais delitos transnacionais que utilizem as rodovias e estradas federais para sua consecução;

VII - pesquisar, analisar e difundir o comportamento dos infratores, bem como organizar e manter atualizado o cadastro de informações sobre os crimes praticados nas rodovias e estradas federais, além de elaborar e difundir as resenhas sobre acontecimentos de relevância ocorridos em sua área de atuação em articulação com a área de Inteligência e Central de Informações Operacionais; e

VIII - coordenar e comandar os grupos especiais, tais como: grupos de operações com cães, grupos de controle de distúrbios, entre outros.

Núcleo de Multas e Penalidades – NMP, compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades referentes às autuações, medidas administrativas, aplicação de penalidades, arrecadação, controle e fornecimento de dados para o processamento e cobrança das multas de trânsito, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços, convênios e contratos;

II - organizar, controlar, orientar e distribuir às unidades da Superintendência, normas relativas à atualização e interpretação da legislação de trânsito e outros procedimentos que disciplinam a aplicação de penalidades;

III - organizar, controlar e manter atualizado o cadastro de registros de multas e o processamento das penalidades aplicadas, de acordo com as disposições legais;

IV - acompanhar e controlar a arrecadação de multas, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços;

V - controlar, orientar e manter cadastro atualizado de talões de autos de infração distribuídos, extraviados ou danificados;

VI - controlar, orientar e gerenciar processos de cancelamento de multas;

VII - elaborar mapas gerenciais e demonstrativos de autuações, de penalidades aplicadas e da arrecadação de multas, bem como manter registros de débitos existentes;

VIII - preparar as informações técnicas atinentes aos processos judiciais acerca de multas

IX - coordenar e prestar apoio técnico às Comissões Administrativas de Defesa de Autuação - CADA, e às Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI.

Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária – NURAM, compete:

I - planejar, coordenar, orientar e executar as atividades de saúde no âmbito das vias federais, quais sejam: a) atendimento pré-hospitalar e resgate b) transporte inter-hospitalar; c) transporte de órgãos; d) apoio de saúde a operações da Unidade Regional; e) apoio de

saúde a dignitários e a outros órgãos; f) comandos de saúde preventivos para o trânsito; g) atividades de medicina do tráfego; h) investigação de causas motivadoras de acidentes de trânsito; i) confecção de estatísticas de atendimento às vítimas de acidentes. II - realizar ou acompanhar cursos e treinamentos correlacionados às atividades elencadas no inciso I;

III - propor a aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades elencadas no inciso I;

IV - representar a Unidade Regional junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física, Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais; Corpo de Bombeiro; Devesa Civil e outros órgãos e instituições locais com atividades congêneres na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades elencadas no inciso I;

V - orientar, controlar e executar as atividades relacionadas com a segurança do trânsito, prevenção e levantamento de locais de acidentes;

VI - propor medidas para a redução dos índices de acidentes e preservação da integridade física dos usuários e dos servidores quando em serviço;

VII - manter arquivos atualizados de boletins de ocorrências;

VIII - preparar e fornecer os elementos necessários à elaboração de relatórios e coleta de dados estatísticos de acidentes de trânsito;

IX - orientar e fazer cumprir as normas de segurança relativas ao trânsito de produtos perigosos, elaborando planos e procedimentos para a condução ou atendimento a acidentes envolvendo esses produtos, bem como realizar estudos e análises sobre a legislação e as normas de segurança;

X - colaborar com a educação de trânsito ministrada nas escolas, empresas e órgãos oficiais;

XI - promover a realização de trabalhos de fotografia técnica, desenhos, plantas, croquis e demais meios necessários à ilustração e complementação dos serviços efetuados, assim como controlar, supervisionar e manter cadastro atualizado de formulários destinados a boletins de ocorrências; e

XII - realizar estudos e pesquisas sobre acidentes de trânsito, objetivando, principalmente, a determinação de pontos críticos, assim como orientar e controlar as tarefas relativas a levantamentos, consolidação, análise e divulgação de dados e informações, promovendo a realização periódica de censos e outros métodos necessários à identificação dos fenômenos do trânsito rodoviário.

Seção Administrativa e Financeira – SAF, compete:

I - programar, supervisionar e executar as atividades relativas às áreas de administração, orçamento e finanças, material e patrimônio, transporte e manutenção, documentação, obras e serviços, informática e telecomunicações;

II - elaborar edital, minuta de contratos e convênios, acompanhando as suas formalizações, no âmbito da Superintendência;

III - orientar e revisar os projetos básicos e termos de referência das áreas requisitantes, bem como os demais instrumentos pertinentes ao processo licitatório;

IV - coordenar e analisar os atos relacionados a procedimentos licitatórios, nas suas diversas modalidades, manifestando-se quanto ao atendimento da legislação pertinente;

V - comunicar os atos de dispensa ou inexigibilidade de licitações no âmbito da

Superintendência;

VI - indicar à autoridade competente os servidores que deverão atuar como pregoeiro, equipe de apoio, presidente e membros das comissões de licitação, gestores de contrato e comissão de recebimento de materiais/serviços no âmbito da Unidade Regional;

VII - prestar apoio administrativo ao pregoeiro e às comissões de licitação;

VIII - supervisionar e acompanhar os trabalhos de fiscalização e gestão contratual no âmbito da Superintendência;

IX - organizar e controlar o cronograma de realização de licitações, além de acompanhar a publicação de todos os atos relativos ao processo licitatório;

X - promover a fiscalização das construções, reformas e ampliações dos bens imóveis no âmbito da Unidade Regional; e

XI - desenvolver, implementar e coordenar o planejamento da Unidade Regional, considerando todas as áreas de atuação e encaminhando as demandas à Sede Central, em prazo estabelecido mediante instrução interna do Departamento.

Núcleo de Orçamento e Finanças – NUOFI, compete:

I - programar, orientar, controlar e executar as atividades inerentes à administração orçamentária e financeira;

II - elaborar demonstrativos sobre a execução orçamentária e financeira;

III - controlar e executar os recursos recebidos e praticar os procedimentos pertinentes à emissão de notas de empenho, à liquidação e ao pagamento das despesas;

IV - informar, para fins de licitação, a existência de disponibilidade orçamentária;

V - controlar o crédito disponível existente nos diversos elementos de despesas;

VI - controlar e processar os pagamentos de despesas do exercício, de restos a pagar e de exercícios anteriores;

VII - receber, registrar e devolver cauções dadas como garantia de contratos;

VIII - analisar, avaliar e efetuar conferência prévia de processos e outros documentos de pagamento;

IX - proceder à liquidação de processos de despesas e documentos de pagamentos;

X - analisar os processos de concessão de diárias, transporte, ajuda de custos e suprimentos de fundos;

XI - emitir ordens bancárias de pagamentos, de créditos ou de guias de recebimentos;

XII - manter atualizados os credenciamentos de ordenadores de despesa junto aos estabelecimentos bancários; e

XIII - manter atualizado o rol de servidores responsáveis pelo gerenciamento de recursos orçamentários e financeiros e pela administração do patrimônio da Superintendência.

Núcleo de Patrimônio e Material – NUPAT, compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades inerentes aos bens patrimoniais, mantendo o cadastro atualizado;

II - efetuar o levantamento das necessidades da Superintendência e propor a aquisição de bens móveis e imóveis;

- III - receber, acompanhar, controlar, distribuir ou redistribuir os bens móveis;
- IV - propor a recuperação, reparação ou substituição dos bens danificados integral ou parcialmente; a alienação dos bens móveis considerados prescindíveis ou de recuperação antieconômica e a baixa dos bens irrecuperáveis, de acordo com a legislação pertinente, elaborando os mapas de incorporação e baixa de bens;
- V - promover o inventário patrimonial dos bens de responsabilidade da Superintendência;
- VI - examinar os processos de alienação, bem como orientar e controlar a execução dos atos que envolvam a aquisição, alienação e recebimento de bens móveis e imóveis, e os registros contábeis de baixas, cessões e alienações;
- VII - manter atualizado o cadastro de material permanente e de imóveis, com a respectiva documentação, inclusive termo de responsabilidade;
- VIII – examinar, conferir, armazenar e escriturar a entrada e a saída de materiais e equipamentos, exercendo o controle físico-contábil dos estoques, bem como efetuar o levantamento das necessidades e propor a aquisição do material de consumo;
- IX - manter em segurança os materiais estocados, observando as condições de armazenamento, de acordo com as determinações contidas em legislação pertinente, bem como indicar membros para compor comissão especial para efetuar o inventário e o recebimento de bens adquiridos;
- X - atualizar, no Sistema de Patrimônio de Imóveis da União, as modificações físicas executadas nos imóveis em uso pela Superintendência;
- XI - manter atualizada a situação física dos bens patrimoniais no sistema de controle interno do patrimônio; e
- XII - manter atualizado o registro da identificação, quantitativo e numeração do manequim dos servidores lotados na Unidade Desconcentrada para pronto atendimento quando solicitado.

Núcleo de Documentação – NUDOC, compete:

- I - controlar e executar as atividades inerentes à área administrativa, protocolo, arquivo, reprografia, recebimento e expedição de documentos;
- II - receber, conferir, classificar, numerar, selecionar, distribuir, pesquisar, autuar e indexar documentos, processos, expedientes e demais correspondências;
- III - manter sob sua guarda, em perfeitas condições de conservação, a documentação encaminhada para arquivo;
- IV - manter registro, controlar, acompanhar e prestar informações sobre a tramitação de processos e documentos;
- V - controlar o trâmite de correspondências enviadas por meio de malotes;
- VI - promover a aquisição, supervisão e controle da distribuição do Diário Oficial, jornais, revistas e periódicos necessários ao desempenho da Superintendência;
- VII - implementar e supervisionar a política de documentação e informação no âmbito da Superintendência, garantindo a recuperação das informações, o acesso aos documentos e a preservação de sua memória; e
- VIII - normatizar e manter atualizado o acervo documental e de informações da Superintendência, assim como organizar e supervisionar a implantação das atividades de

gestão de documentos das unidades administrativas vinculadas, estabelecendo normas gerais de trabalho.

Núcleo de Serviços Gerais – NUSEG, compete:

I - encaminhar pedidos relacionados com compras e suprimentos, aquisição de materiais e execução de serviços;

II - elaborar e manter atualizado o catálogo de materiais e de especificações, bem como manter registro cadastral de fornecedores e prestadores de serviços;

III - processar e efetuar compras isentas de licitação, na forma da legislação pertinente;

IV - instruir os interessados sobre os documentos necessários à inscrição no cadastro de fornecedores;

V - acompanhar e promover a execução das atividades de vigilância, recepção, portaria, zeladoria e circulação de pessoas nas dependências da Unidade Regional;

VI - promover e acompanhar a manutenção de viaturas e equipamentos, assim como controlar o consumo de combustíveis e lubrificantes, acessórios e peças de reposição;

VII - promover medidas para manter atualizada a documentação de veículos;

VIII - promover o gerenciamento da frota de veículos;

IX - elaborar o Plano Anual de Aquisição de Veículos - PAAV no âmbito da sua Unidade Regional;

X - informar imediatamente ao Chefe do Núcleo de Patrimônio e Material sobre qualquer alteração de situação física, temporária ou permanente, dos bens patrimoniais encaminhados para manutenção ou conserto, bem como sobre movimentações para estes fins; e

XI - repassar periodicamente ao Chefe da Divisão de Administração e Serviços Gerais as informações relativas à manutenção e documentação das viaturas da Superintendência.

Núcleo de Telemática – NUTEL, compete:

I - planejar, coordenar e executar atividades relacionadas com informática, telefonia e radiocomunicação, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização;

II - desenvolver estudos destinados à modernização das atividades de informática, telefonia e radiocomunicação;

III - treinar e dar suporte técnico aos usuários de informática, telefonia e radiocomunicação no âmbito da Superintendência;

IV - pesquisar, avaliar, propor especificações técnicas, testar e emitir parecer para aquisição e utilização de recursos de hardware, software e de telecomunicações, bem como sua implantação e operação;

V - promover e supervisionar a execução dos serviços técnicos de instalação, manutenção nos equipamentos e programas de informática, telefonia e radiocomunicação; e

VI - dar parecer sobre obras e reformas prediais que envolvam a estrutura física da rede lógica, de telefonia ou de radiocomunicação.

Seção de Recursos Humanos – SRH, compete:

I - programar, coordenar e executar as atividades das áreas de ensino, recursos humanos e legislação de pessoal; e

II - planejar, coordenar, orientar e executar as seguintes atividades de saúde: a) concessão de plano de saúde; b) prevenção e atendimento a acidentes de trabalho; c) Projeto Servidor Saudável a Escolha Racional e Viável - PROSSERV; d) apoio de saúde institucional; e) higiene e saúde no trabalho; f) perícias; g) doenças do trabalho; h) assistência à saúde dos servidores em todos os níveis; i) medicina do trabalho; j) verificação sistemática das condições físicas e mentais dos servidores; l) juntas médicas regionais. III - prestar assistência social, médica, odontológica, psicológica, hospitalar, farmacêutica, de educação e de proteção à saúde dos servidores e de seus dependentes, dedicando atenção especial aos portadores de dependência química;

IV - auxiliar as atividades de saúde quando do recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos;

V - realizar a inspeção de saúde para prática de atividades físicas;

VI - realizar ou acompanhar os cursos e treinamentos correlacionados às atividades acima elencadas;

VII - propor aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades acima elencadas; e

VIII - representar a Unidade Regional junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física; Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais; Corpo de Bombeiros; Defesa Civil e outros órgãos e instituições nacionais, com atividades congêneres, na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades elencadas no inciso II.

Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal – NUCAP, compete:

I - orientar, controlar e executar as atividades de ensino e capacitação dos servidores, propor planos e programas de aperfeiçoamento e demais atividades referentes ao ensino e profissionalização, bem como manter cadastro atualizado da ficha curricular dos servidores;

II - auxiliar na realização de concursos públicos e outros processos seletivos, cursos e estágios;

III - realizar estudos e pesquisas com a finalidade de elaborar e propor normas complementares à legislação afeta à área de pessoal;

IV - analisar, elaborar e opinar sobre propostas, projetos e demais atos de natureza normativa sobre a sua área de competência;

V - planejar e executar as atividades pertinentes à capacitação dos servidores administrativos que não obtiveram índice satisfatório na avaliação da GDATA;

VI - instruir e emitir pareceres em consultas relacionadas com a interpretação e aplicação da legislação na área de pessoal;

VII - executar as atividades relativas a avaliações dos servidores para fins de homologação do estágio probatório e concessão de Progressão Funcional e da GDATA;

VIII - pesquisar, classificar, catalogar e arquivar legislação, jurisprudência, pareceres e normas relativas à área de pessoal, bem como elaborar diretrizes e rotinas atinentes às necessidades de recursos humanos da Superintendência;

IX - instruir processos judiciais acerca da legislação de pessoal, visando fornecer à Divisão de Acompanhamento de Decisões Judiciais os subsídios necessários à elaboração das informações jurídico- legais necessárias à defesa da União; e

X - adotar as medidas cabíveis para o estabelecimento das parcerias necessárias para implementação e aprimoramento das ações de capacitação.

Núcleo de Administração de Pessoal – NUAP, compete:

I - pesquisar, classificar, catalogar e arquivar legislação, jurisprudência, pareceres e normas relativas à área de pessoal, bem como propor diretrizes e rotinas atinentes às necessidades de recursos humanos do Núcleo;

II - auxiliar o Chefe do Distrito na verificação da legalidade dos atos e da motivação das decisões atinentes a sua competência;

III - orientar, controlar e executar as atividades relacionadas com registros funcionais, lotação, movimentação, incorporações de vantagens, preparação e controle de pagamento;

IV - cadastrar e manter atualizados os registros e assentamentos funcionais dos servidores ativos, inativos e pensionistas;

V - controlar e registrar a frequência dos ativos, comunicando à autoridade competente as faltas que impliquem em infração disciplinar;

VI - prestar informações e fornecer certidões, declarações, cópias de documentos nas condições autorizadas por lei;

VII - adotar providências para a expedição e controle de identidades funcionais;

VIII - controlar, registrar e programar as férias dos servidores, lavrar apostilas, termos de posse, organizar e manter atualizados os registros de lotação de servidores requisitados e cedidos;

IX - controlar e adotar medidas para a efetivação de remoção a pedido no âmbito de sua competência;

X - instruir processos referentes a exercícios anteriores, processos de cessão, redistribuição, remoção ex-offício, disponibilidade e reversão de servidores, e demais processos relacionados a direitos e vantagens dos servidores;

XI - analisar processos de aposentadoria e pensões, elaborar títulos concessórios e declaratórios de inatividade e apostilas declaratórias referentes às alterações de proventos;

XII - promover as alterações e controlar a folha de pagamento do pessoal ativo, inativo e pensionista;

XIII - fornecer dados referentes ao pagamento e emitir fichas financeiras dos servidores do Distrito Regional, quando solicitado, nas condições autorizadas por lei;

XIV - acompanhar junto ao órgão competente as alterações no sistema de pagamento;

XV - calcular e informar a margem consignável para fins de empréstimos em consignação;

XVI - elaborar os cálculos para pagamentos referentes à ajudas-de-custo, auxílio-creche, alimentação, transporte, exercícios anteriores e demais direitos e vantagens dos servidores do Distrito Regional;

XVII - adotar providências para a avaliação e a concessão da progressão funcional aos servidores, nos termos da legislação pertinente;

XVIII - planejar, coordenar, orientar e executar, em nível nacional, as seguintes atividades de saúde: a) acompanhamento da concessão de plano de saúde; b) prevenção e atendimento a acidentes de trabalho; c) Projeto Servidor Saudável Escolha Racional e Viável - PROSSERV; d) apoio de saúde institucional; e) higiene e saúde no trabalho; f) perícias de

saúde; g) doenças do trabalho; h) assistência à saúde dos servidores em todos os níveis; i) atividades de medicina do trabalho; j) verificação sistemática das condições físicas e mentais dos servidores; l) Junta médica nacional; m) juntas médicas regionais; n) auxiliar o recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos; o) inspeção de saúde para prática de atividades físicas; p) auxiliar os cursos e treinamentos correlacionados às atividades de saúde; q) proposição de aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades de saúde; r) representação local junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física; Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais e outros órgãos e instituições nacionais, com atividades congêneres, na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades acima elencadas no inciso XXV. XIX - adotar as medidas cabíveis para o estabelecimento das parcerias necessárias para implementação e aprimoramento das ações de capacitação.

Corregedoria Regional – CR, compete:

I - planejar, supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores da Regional, obedecidas as diretrizes correccionais do Departamento, bem como cumprir e fazer cumprir o regime disciplinar vigente;

II - proceder à análise de autuações administrativas relacionadas às questões disciplinares, propondo soluções pertinentes, de acordo com a legislação, a jurisprudência e decisões administrativas vigentes;

III - acompanhar e avaliar os trabalhos das comissões de sindicância e processos administrativos disciplinares e orientar, no âmbito da Unidade Regional, na interpretação e cumprimento da legislação pertinente;

IV - elaborar e promover a execução de planos e programas de inspeção sistemática;

V - receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores, além de analisar e instruir procedimentos administrativos disciplinares;

VI - elaborar e manter atualizado os relatórios da área correccional da Unidade Regional;

VII - organizar e manter atualizado cadastro de informações correccionais de servidores da Superintendência;

VIII - manter atualizado o arquivo específico de legislação, normas, instruções, decisões e pareceres de assuntos de interesse de sua área;

IX - orientar, controlar, fiscalizar, prestar apoio logístico e avaliar os trabalhos das comissões disciplinares;

X - elaborar estatísticas de interesse da área correccional e relatórios de gestão;

XI - prestar informações e encaminhar documentos às áreas competentes, referentes a questões correccionais;

XII - promover o controle prescricional nos procedimentos disciplinares sob responsabilidade da Superintendência;

XIII - auxiliar na gestão do orçamento correccional;

XIV - elaborar minutas de portarias e informações pertinentes; e

XV - elaborar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.

Núcleo de Assuntos Internos – NUAI, compete:



- I - auxiliar no planejamento e execução das atividades pertinentes à Corregedoria Regional;
- II - executar recolhimento de documentos, livros, arquivos em meio magnético ou de qualquer material pertencente ao acervo patrimonial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, quando houver fundada suspeita da prática de ilícitos administrativos disciplinares;
- III - promover a execução de investigações e diligências necessárias à instrução ou instauração de procedimentos disciplinares, sob a supervisão do Chefe da Corregedoria Regional;
- IV - receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores;
- V - fiscalizar o desenvolvimento das atividades dos servidores, nos respectivos locais de trabalho para prevenir e reprimir a prática de irregularidades no exercício do cargo; e
- VI - operacionalizar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.

Delegacias de Polícia Rodoviária Federal – DEL, compete:

- I - executar e controlar as atividades de segurança, fiscalização, policiamento, investigação e levantamento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas;
- II - controlar e orientar os procedimentos de autuação e adoção de medidas administrativas;
- III - controlar as condições do trânsito nas rodovias e estradas federais e executar outros trabalhos necessários à consecução dos objetivos da delegacia;
- IV - zelar pela segurança do trânsito e dos usuários, por meio do policiamento ostensivo ao longo das rodovias e estradas federais sob sua circunscrição, bem como realizar comandos especiais e de rotina;
- V - adotar as medidas adequadas para assegurar a livre circulação nas rodovias e estradas federais, notadamente em casos de acidentes;
- VI - zelar pela observância das disposições legais e regulamentares quanto ao alinhamento, recuo e gabarito das construções às margens das rodovias e estradas federais ou de obras e instalações que possam interferir na segurança do trânsito;
- VII - adotar medidas de prevenção e repressão aos crimes contra a pessoa, a vida, o patrimônio público e de particulares, o meio ambiente, a administração pública, em especial o contrabando e o descaminho, e demais delitos previstos na legislação penal em vigor, nas estradas e rodovias federais;
- VIII - controlar e executar os serviços referentes às áreas administrativas, de pessoal, de protocolo e arquivo, zeladoria, material e patrimônio;
- IX - baixar atos normativos relativos à regulamentação de atividades, em sua área de circunscrição, após devidamente autorizado pelo Superintendente ou Chefe de Distrito; e
- X - zelar pela harmonia, hierarquia e ética funcional dos servidores.

Núcleo de Policiamento e Fiscalização – NPF, compete:

- I - controlar, executar e orientar os serviços referentes às áreas de policiamento, fiscalização, segurança, operações rotineiras e especiais, levantamento de acidentes, autuações, medidas administrativas, controle das condições do trânsito nas rodovias e estradas federais, bem como outros trabalhos necessários à consecução dos objetivos da Delegacia.

## **1.4. Macroprocessos Finalísticos**

A Polícia Rodoviária Federal, integrante do conjunto de instituições responsáveis por exercer a segurança pública em nosso país, nos termos da Constituição Federal, tem como missão "Garantir segurança com cidadania nas rodovias federais e nas áreas de interesse da União".

A visão de futuro da Polícia Rodoviária Federal é: "Ser a Polícia Ostensiva Federal, reconhecida pela sociedade brasileira por sua excelência e efetividade no trabalho policial e na indução de Políticas Públicas de segurança e cidadania".

Os Valores adotados pela Polícia Rodoviária Federal e que refletem o caráter duradouro da Instituição e de seus colaboradores são: Profissionalismo, Ética, Equidade, Proatividade, Cordialidade, Comprometimento, Espírito de Equipe, Transparência e Responsabilidade Socioambiental.

A Polícia Rodoviária Federal – PRF, visando à eficácia no cumprimento de sua missão institucional e servir com excelência a sociedade e o Estado brasileiro, na promoção da segurança pública nas rodovias e estradas federais busca diuturnamente aprimorar técnicas, processos e, principalmente, a parceria com o cidadão usuário da rodovia.

Para o alcance de sua missão são descritos os serviços de sua competência e as atividades finalísticas que devem ser executadas para prestação desses serviços, proporcionando clareza e justificativas nas ações a serem desenvolvidas pelos seus servidores.

Neste sentido, a Polícia Rodoviária Federal, tendo como diretriz a gestão com foco em resultados, direciona suas ações finalísticas para prestação de serviços, com excelência, ao cidadão, atendendo as demandas da sociedade.

Esses serviços promovem diuturnamente a segurança viária, proporcionando conforto e segurança aos usuários das estradas e rodovias federais, por meio da fiscalização e controle para o uso adequado da malha rodoviária de forma a conscientizar os cidadãos e garantir a obediência às normas relativas à segurança do trânsito, prevenindo acidentes e proporcionando melhores condições de trafegabilidade.

Os principais produtos e serviços que a Polícia Rodoviária Federal oferece à sociedade são:

- 1. Reduzir a Violência no Trânsito das Rodovias Federais;**
- 2. Assegurar a Livre Circulação nas Rodovias Federais;**
- 3. Contribuir para a Redução da Criminalidade e da Violência no País;**
- 4. Aumentar a Percepção de Segurança dos Usuários das Rodovias Federais.**

### 1. Reduzir a Violência no Trânsito das Rodovias Federais

#### a. Descrição

A violência do trânsito no Brasil vem crescendo ano após ano, representando a forma de violência contemporânea que mais produz impactos negativos à sociedade e ao Estado, com elevados custos econômicos e sociais, se materializando principalmente nos acidentes graves, assim considerados aqueles que resultam em lesões de natureza grave ou em morte.

Reduzir a violência no trânsito nas rodovias federais significa para a Polícia

Rodoviária Federal agir preventivamente por meio de sua presença ostensiva e de uma rigorosa fiscalização de trânsito, bem como realizar um atendimento eficaz daqueles já ocorridos, visando minimizar seus efeitos por meio de uma resposta rápida e eficiente, diminuindo o risco de agravamento de lesões das vítimas e as possibilidades de ocorrência de outro acidente em decorrência do anterior.

Agir com foco na prevenção e intervenção imediata nos acidentes graves implica em direcionar os recursos necessários, humanos e materiais, para os trechos rodoviários de maior incidência desses eventos, a partir da análise aprimorada dos dados estatísticos disponíveis.

Além das ações operacionais acima mencionadas, há também a necessidade de ações integradas aos demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, Ministério Público, órgãos de imprensa e outros órgãos públicos federais, estaduais e municipais, com o objetivo de propor e desenvolver políticas públicas com foco na prevenção dos acidentes de trânsito, por meio de campanhas educativas e alterações na legislação relativa à matéria trânsito.

#### b. Indicadores

Considerando a necessidade de se ter um panorama atual da violência no trânsito das rodovias federais e acompanhar sua evolução dentro do período do presente Plano Estratégico, de modo a avaliar a efetividade das ações institucionais, foram definidos os seguintes indicadores para este resultado institucional, quais sejam: **Taxa de Mortalidade** e **Taxa de Acidentes Graves**.

A Taxa de Mortalidade e a Taxa de Acidentes Graves equivalerão ao número de mortes e o número de acidentes graves, respectivamente, por um milhão de veículos, considerando-se a frota nacional de veículos de acordo com as informações fornecidas pelo DENATRAN.

Considerando que os números de acidentes graves e de mortos no trânsito sofrem influência de vários fatores, não seria razoável avaliar o resultado de ações institucionais com base na variação de números absolutos desses dois índices. No entanto, estabelecer como indicador uma taxa que contemplasse todas as variáveis influentes na variação do objeto de observação tornaria sua análise extremamente complexa, além da própria dificuldade de obtenção dos dados necessários.

Desse modo, optou-se por considerar apenas a variação da frota nacional de veículos como fator de variação da taxa de acidentes graves e mortalidade, por tratar-se de um valor de fácil obtenção, originado de uma fonte confiável e que tem maior relevância e influência nos índices observados, ou seja, quanto maior a frota de veículos circulando maior o número de interações no trânsito e conseqüentemente a probabilidade de ocorrência de acidentes. Cabe destacar que os indicadores escolhidos tem como características a simplicidade, são sensíveis a mudanças no mundo real, ou seja, podem refletir as alterações da realidade, e podem ser atualizados periodicamente, além de ser adequadamente documentado.

## 2. Assegurar a Livre Circulação nas Rodovias Federais

#### a. Descrição

A Constituição Federal assegura a todo cidadão a livre locomoção no território nacional em tempo de paz, e essa garantia constitucional deve ser exercida em toda a sua plenitude nos termos da legislação vigente. O Estado, por intermédio de seus órgãos tem o dever assegurar os meios necessários para que o cidadão possa deslocar-se em todo o território nacional com segurança e com o conforto adequados. Cabe ao Estado à tarefa de prover a infraestrutura necessária para o

funcionamento dos diversos modais de transportes de pessoas e bens, bem como regular e fiscalizar sua exploração.

De todos os modais de transporte, o modal rodoviário é o de maior importância estratégica para o país, e estima-se que atualmente responda por cerca de 60% do total de passageiros e cargas transportadas no território nacional. Nesse sistema rodoviário, as rodovias federais representam papel de fundamental importância, por onde passam um grande fluxo de pessoas e bens entre os estados da federação e entre as cinco regiões do país, funcionando como verdadeiro fator de integração nacional.

Ante o papel estratégico das rodovias federais para o desenvolvimento nacional, cabe ao Estado assegurar que o fluxo de passageiros e cargas se dê de forma contínua e segura, sem interrupções ou embaraços, por meio da atuação de seus órgãos, dentre os quais a Polícia Rodoviária Federal. São vários os fatores e situações que podem afetar a livre circulação no âmbito das rodovias federais, interrompendo o fluxo de trânsito ou causando-lhe lentidão, dentre os quais se podem citar:

- Realização de obras viárias;
- Acidentes de trânsito com obstrução parcial ou total da rodovia;
- Realização de eventos com grande fluxo de pessoas e veículos as margens da rodovia federal ou com impacto no trânsito que por ela circula;
- Trânsito de veículos lentos e com dimensões excedentes;
- Manifestações populares reivindicatórias com interdição viária total ou parcial;
- Restrições ao fluxo de trânsito em determinados locais e horários em razão dos riscos de ações criminosas.

Assim, assegurar a livre circulação nas rodovias federais implica para a Polícia Rodoviária Federal atuar preventivamente por meio do policiamento ostensivo, apoiado por um monitoramento constante e eficaz de sua malha viária policiada, de modo antever as situações de risco à livre circulação e impedir sua materialização. Por outro lado, concretizado o fator de risco e configurado o obstáculo à fluidez normal do trânsito, cabe à Polícia Rodoviária Federal agir de forma rápida e com a intensidade necessária ao reestabelecimento das condições normais de circulação.

Em sua ação preventiva a instituição mantém um monitoramento constante das condições de circulação viária, a partir de informações colhidas da atividade operacional-finalística e da área de inteligência, além das ações de policiamento preventivo, distribuído de forma equânime ao longo da malha viária, a partir de critérios pré-estabelecidos e com programação de atividades definida. Além disso, a Polícia Rodoviária Federal se articula com outros órgãos públicos quando identificados problemas cujas soluções estejam vinculadas as suas atribuições, como, por exemplo, os órgãos executivos rodoviários nas questões relacionadas à infraestrutura viária.

Ocorrida a situação de comprometimento da livre circulação, a depender da causa, a Polícia Rodoviária Federal deverá dispor dos recursos necessários para fazer a intervenção devida e restabelecer o estado de normalidade, sejam eles recursos ordinários, disponíveis para o policiamento ostensivo rotineiro, sejam eles extraordinários, como as equipes táticas, grupos de choque, aeronaves, entre outros disponíveis.

## b. Indicadores

A Polícia Rodoviária Federal realiza um monitoramento constante das condições de trafegabilidade das rodovias federais, de modo que qualquer interferência na livre circulação do trânsito em qualquer trecho de rodovia federal em todo o Brasil é imediatamente informada e essa condição é registrada, além, obviamente da adoção das providências com vistas ao restabelecimento do fluxo normal de trânsito. Essas interferências podem ser de diversas naturezas, como já mencionado anteriormente, e vão desde uma lentidão provocada por uma interdição parcial da via causada por um acidente até um bloqueio total da via por manifestações populares.

Para avaliar o quanto as rodovias federais sofrem com essas interferências e avaliar a efetividade as ações da Polícia Rodoviária Federal no sentido de reduzi-las ou eliminá-las, foi criado o Índice de **Interdição de Rodovia**, que resultará da ponderação da tabulação dos dados dessas interferências na via. Assim, serão considerados na formulação desse índice fatores como a duração e o nível de interferência, o VMD (Volume Médio Diário de veículos) do trecho observado, o nível de dificuldade de restabelecer o fluxo de trânsito, entre outros fatores.

## 3. Contribuir para a Redução da Criminalidade e da Violência no País.

### a. Descrição

As causas da violência têm suas raízes na ineficiência histórica do Estado em promover políticas de inclusão social nas áreas de educação, saúde e trabalho, por exemplo, no entanto, as soluções para o problema do avanço da criminalidade, especialmente nos momentos de crise, sempre são esperadas do sistema de segurança pública e, em última análise, das instituições policiais que o compõe.

As rodovias federais não estão imunes a essa realidade, visto ter o Brasil optado pela massificação do transporte rodoviário de cargas e passageiros, o que implica dizer que a maior parte das riquezas produzidas no país é transportada por nossas rodovias, especialmente as federais. Além disso, as organizações criminosas utilizam-se primordialmente do transporte rodoviário na realização de suas atividades ilícitas, a exemplo do tráfico de drogas, do roubo e furto de veículos e cargas, do contrabando e do descaminho, dos crimes contra a propriedade intelectual (pirataria), do tráfico de seres humanos e dos crimes ambientais, da exploração sexual infanto-juvenil, entre outros. Significativa parcela desses crimes tem repercussão interestadual e até internacional, evidenciando a importância estratégica das rodovias federais para a segurança pública do país.

A Polícia Rodoviária Federal vem atuando fortemente no combate às diversas modalidades criminosas, com resultados extremamente positivos, e tem como pontos fortes a seu favor no cumprimento desse mister, quais sejam:

- Grande capilaridade em todo o território nacional, um corpo de policiais bem treinados e motivados;
- Larga experiência adquirida a partir das iterações constantes com as situações de crime;
- Facilidade de difusão de informações e conhecimento em decorrência de uma cadeia hierárquica horizontalizada e de uma área de ensino desenvolvida e competente;
- Facilidade de mobilização de efetivo, com possibilidade de direcionar recursos humanos e materiais a qualquer parte do território nacional.

Assim, a atuação da Polícia Rodoviária Federal no combate às diversas modalidades criminosas no âmbito das rodovias federais e em outras áreas em parceria com outras instituições como o Ministério Público, órgãos fazendários, de proteção ambiental, de proteção de direitos

humanos, de proteção à infância e adolescência, contribuem de forma relevante para a redução da criminalidade e da violência no país.

#### b. Indicador

Em relação a esse resultado institucional, verificou-se a grande dificuldade de se estabelecer um indicador que pudesse medir o nível de criminalidade no âmbito das rodovias federais, especialmente pela dificuldade de acesso a dados confiáveis de ocorrências criminais, haja vista que a grande maioria dos registros é feita nas polícias civis dos Estados, e apenas uma pequena parte é comunicada diretamente à Polícia Rodoviária Federal. Desse modo não há como monitorar essas ocorrências e estabelecer metas relacionadas à sua redução, o que poderia servir de verificador o quanto a ação policial contribuiu com a redução da criminalidade, ao menos no âmbito das rodovias federais.

Assim, buscando indicadores que pudessem ao menos aferir a intensidade das ações da Polícia Rodoviária Federal, e conseqüentemente sua contribuição para a redução da criminalidade e da violência no país, foram definidos aqueles relacionados diretamente aos resultados das ações de combate à criminalidade, que repercutem diretamente na sua redução e na redução da violência a ela relacionada.

O acompanhamento do impacto das ações da Polícia Rodoviária Federal será aferido a partir dos indicadores **Pessoas Detidas, Veículos Recuperados** e do **Quadro de Apreensões de drogas, contrabando e descaminho, armas e relacionadas a crimes ambientais**.

### 4. Aumentar a Percepção de Segurança dos Usuários das Rodovias Federais

#### a. Descrição

A percepção pode ser descrita como um processo de selecionar, organizar e interpretar os estímulos e as impressões sensoriais oferecidas pelo meio ambiente, lhes atribuindo significado. É um processo interno e individual, de modo que um determinado objeto no mundo real, e aqui poderíamos considerar a própria segurança pública como objeto, será percebido de forma diferente por cada indivíduo. A percepção é afetada por fatores externos e internos, assim, depende da forma como um objeto é apresentado e do conhecimento e experiência pessoal do indivíduo em relação a ele, além de seus valores, motivações e expectativas.

A percepção de segurança, a partir do conceito de percepção poderia ser definida como a impressão ou sentimento do indivíduo do nível de segurança em que se encontra o ambiente em que ele vive, em outras palavras, o quanto é seguro o local onde trabalha, o meio de transporte que ele utiliza, a escola que seus filhos frequentam, as vias públicas pelas quais transita, entre outras situações do seu cotidiano.

Considerando essa ideia de percepção de segurança, não é o suficiente para a instituição reduzir a violência no trânsito, assegurar a livre circulação nas rodovias federais e contribuir com redução da criminalidade e da violência no país, mesmo produzindo uma melhoria real na segurança pública para a sociedade.

Importa que o cidadão perceba essa nova realidade, haja vista que a sua satisfação em relação aos serviços públicos prestados pelo Estado decorre principalmente de sua percepção a respeito do quanto esses serviços atendem suas necessidades. Igualmente, essa percepção da realidade de um novo contexto de maior segurança é necessária para que o cidadão se aproprie desse valor, dessa conquista, e isso possa repercutir positivamente na sua qualidade de vida. Fica a

percepção de segurança não é um produto fictício, uma idéia vaga e sem conteúdo, posto que não é possível desfrutar de um estado de segurança se não pudemos reconhecê-lo.

Ao estabelecer o aumento da percepção de segurança como resultado institucional em seu planejamento estratégico, a Polícia Rodoviária Federal busca gerar no cidadão a percepção do incremento do nível de segurança pública obtido no ambiente das rodovias federais como consequência direta da obtenção dos outros resultados institucionais (redução da violência no trânsito, da criminalidade e assegurar a livre circulação nas rodovias federais), além de outros fatores a serem trabalhados nessa direção.

Para fornecer esse retorno à sociedade, a Polícia Rodoviária Federal se servirá de alguns meios principais, a saber:

- Fortalecer sua imagem institucional junto à sociedade com ações de divulgação dos resultados alcançados em relação à redução da violência no trânsito, ao combate à criminalidade e às ações de garantia de livre circulação do trânsito;
- Fortalecimento e modernização do policiamento ostensivo, por meio de um planejamento adequado, ampliando sua presença ostensiva em trechos de rodovia federal e períodos específicos onde haja uma maior incidência de situações de risco à segurança de seus usuários, otimizando os recursos humanos e materiais;
- Ampliar o monitoramento das rodovias federais com recursos tecnológicos avançados, visando coibir comportamentos de risco à segurança viária, bem como outras ações delituosas. Com o monitoramento a distância a instituição amplia seu controle com menos recursos, criando nos usuários a sensação de observação constante de suas ações, produzindo uma espécie de efeito panóptico, inibindo condutas impróprias de alguns e dando tranquilidade aos demais.
- Articular parcerias e estreitar relações com o órgão executivo rodoviário visando melhorar as condições de segurança da via, do ponto de vista de infraestrutura, ou seja, condições de trafegabilidade do pavimento e da sinalização viária.

#### b. Indicador

Para aferir o nível de percepção de segurança dos usuários das rodovias federais foi criado o Índice de Percepção de Segurança, que será medido a partir de uma pesquisa quantitativa e qualitativa, que avaliará se as ações desenvolvidas pela instituição produziram, além dos resultados aferidos pelos outros indicadores, um impacto positivo na sociedade, ou seja, se aqueles que fazem uso das rodovias federais sentem-se mais seguros nos seus deslocamentos e o quanto essa segurança é resultante da ação da Polícia Rodoviária Federal.

A pesquisa que buscará aferir o indicador em questão deverá ser realizada por instituto de pesquisa especializado, contratado para esse fim, com periodicidade anual, e deverá fornecer como resultado, além de outras informações, um valor que possa ser comparado ao longo do tempo, de modo que possa ser estabelecida uma meta a ser buscada para esse Índice de Percepção de Segurança.

## **1.5. Principais Macroprocessos de Apoio**

- Fomentar e potencializar ações de educação para o trânsito;
- Fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo;
- Intensificar ações de garantia e promoção dos Direitos Humanos;
- Ampliar e aperfeiçoar o resgate emergencial e o atendimento pré-hospitalar;
- Aprimorar o registro de ocorrências e implantar a perícia de acidentes;
- Estabelecer um modelo eficaz de gestão participativa;
- Implantar um modelo de gestão baseado em resultados;
- Desenvolver a cultura de gestão de projetos;
- Mapear, otimizar, padronizar e sistematizar processos de trabalho;
- Intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento;
- Fomentar melhorias legais e estruturais relacionadas à missão da PRF;
- Articular parcerias e intensificar a cooperação nacional e internacional;
- Fortalecer a imagem institucional da PRF;
- Melhorar a comunicação interna e externa;
- Adequar o quadro de pessoal às necessidades;
- Mapear e desenvolver competências com enfoque estratégico;
- Potencializar o bem estar, a motivação e o desempenho dos servidores;
- Intensificar o orgulho de pertencer à PRF e fortalecer seus valores institucionais;
- Assegurar recursos financeiros e otimizar sua execução;
- Prover meios e infraestrutura adequados ao desempenho das atividades.

## **1.6. Principais Parceiros Relacionados aos Macroprocessos Finalísticos**

- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT;
- Departamento de Polícia Federal – DPF;
- Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT;
- Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU;
- Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/AL;
- Secretaria de Estado da Defesa Social de Alagoas - SEDS;
- Receita Federal do Brasil - RFB;
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio;
- Ministério Público do Trabalho - MPT;
- Ministério Público Estadual – MPE/AL;
- Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas – SES/AL;
- Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas – CBM/AL;
- Agência Brasileira de Inteligência – ABIN;
- Advocacia Geral da União – AGU;
- Controladoria Regional da União no Estado de Alagoas;



- Tribunal de Contas da União em Alagoas - TCU;
- Procuradoria da Fazenda Nacional em Alagoas – PFN;
- Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República;
- Prefeitura Municipal de Maceió;
- Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito de Maceió - SMTT;
- Governo do Estado de Alagoas;
- Polícia Militar de Alagoas – PM/AL;
- 59º Batalhão de Infantaria Motorizado – 59º BIMz – EB;
- Agência Reguladora de Serviços de Alagoas - ARSAL;
- Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas – ADEAL;
- Cooperativa de Reciclagem de Alagoas – COOPREL;
- Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE/AL;
- SEST/SENAT.

## 1.7. Introdução

Os itens 3.3, 4.7, 11.4, 11.5 e 11.6 do Anexo II à Decisão Normativa-TCU nº 127/2013 não se aplicam à natureza jurídica da UJ, conforme indicado no Quadro A1 do mesmo Anexo. Do item 2.1 do Anexo II à Decisão Normativa-TCU nº 127/2013 não se aplicam à natureza jurídica da UJ o subitem 2.2.1 por não abrangermos secretaria-executiva de ministério ou de secretaria com status de ministério. Dos itens 4.1 e 4.2 do Anexo II à Decisão Normativa-TCU nº 127/2013 não se aplicam à natureza jurídica da UJ os subitens 4.1.1, 4.1.3.1, 4.1.3.2, 4.1.3.3 4.1.3.4, pelo fato de não sermos UO.

Instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, o presente Relatório de Gestão foi elaborado em consonância com a Instrução Normativa nº 63, de 1º de setembro de 2010, com as Decisões Normativas TCU nº 127/2013 e com a Portaria TCU nº 127/2013, com as informações que deverão compor o Relatório de Tomada de Contas Anual, relativamente ao exercício de 2013.

Este relatório visa correlacionar as metas, os resultados consolidados e a destinação dos recursos contemplados nos Programas **2070** – Segurança Pública com Cidadania, **2112** – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça, **2126** - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, **2075** – Transporte Rodoviário e **2125** - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão . Desse modo, torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Em seu conteúdo, o Relatório de Gestão, conforme já referido, exibirá as realizações, os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem assim o impacto alcançado em função das ações desempenhadas, considerando a estrutura atual atrelada aos recursos consignados e conseqüentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão.

O Relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pela 13ª Superintendência Regional Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2013 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde.

Nossas ações estão vinculadas ao planejamento elaborado pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal que utiliza como referencial o Plano Plurianual (PPA), o Orçamento autorizado na LOA 2013 e os relatórios de atividade das diversas áreas da Administração Central, desta Regional e das demais Superintendências e Distritos Regionais. É importante lembrar que a 13ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal em Alagoas se constitui numa unidade desconcentrada da Unidade Gestora (DPRF).

Com o presente documento, a 13ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal encerra o exercício, enaltecendo sua missão institucional de preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

## **2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS**

### **2.1. Planejamento da unidade**

O planejamento estratégico do órgão tem a abrangência dos anos 2012 a 2020.

As características inerentes ao trânsito rodoviário e a grande extensão da malha viária, favorecem a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido.

Vários tipos de crimes ocorrem ao longo das rodovias, tais como: crimes de evasão fiscal e de divisas, transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, exploração sexual de crianças e adolescentes, tráfico de pessoas, tráfico de drogas, contrabando, descaminho, transporte de materiais irregulares e falsificados, dentre outros.

Os ilícitos em comento causam enormes prejuízos à economia do País. Por seu turno, as regras de circulação previstas no Código de Trânsito Brasileiro encontram na PRF seu agente aplicador no âmbito Federal.

O foco de atuação da PRF está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão, proporcionada pela sua presença, de forma preventiva, aliada à necessária repressão do crime, visando o aumento da sensação de segurança.

Além disso, e mais importante, seus objetivos são atingidos através da execução das ações do programa correspondente à segurança pública nas rodovias federais, que vão desde atividades de saúde voltadas aos usuários das rodovias às atividades de educação para o trânsito.

Por outro lado, os acidentes de trânsito representam prejuízos à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de consequências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública, pelo alto índice de dispêndios governamentais com o tratamento hospitalar dispensado às vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis às vítimas, pelos prejuízos à população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos financeiros elevados, além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão.

Com o objetivo de reduzir o número de acidentes e, conseqüentemente, os reflexos negativos deles decorrentes, a PRF tem procurado implementar uma metodologia de trabalho mais efetiva, utilizando-se de assistência direta ao cidadão, orientações aos usuários das rodovias, campanhas educativas, dentre outros.

O certo é que esta UJ vem delineando suas estratégias de atuação buscando acompanhar esse processo evolutivo, que decorre da diversificação das demandas sociais, dentre as quais estão inseridas aquelas que requerem uma ação do governo mediante a integração do aparato estatal existente.

O planejamento de atuação deste Órgão de Segurança Pública tem-se desenvolvido no intuito de estabelecer ações integradas com outras instituições a fim de prestar um serviço relevante e de qualidade à Sociedade, público-alvo de todas as atividades empreendidas pela Polícia Rodoviária Federal.

Outros fatores sociais identificados são: apoio à sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas, bem como o acompanhamento e controle dos reflexos causados pelas manifestações reivindicatórias, que contemplam demandas sociais várias, onde frequentemente ocorre o bloqueio de rodovias federais,

trazendo inúmeros prejuízos à população.

Neste contexto, para o perfeito desempenho de suas competências institucionais, faz-se necessário que sua atividade-meio execute suas atribuições em sintonia com a atividade-fim, dotando-a dos recursos necessários para tanto.

De acordo com o PPA a Polícia Rodoviária Federal deverá executar as seguintes ações no quadriênio 2012-2015 que a UJ desenvolverá de acordo com as diretrizes determinadas pelo DPRF:

- Ampliar de 10.400.000 para 24.000.000 os procedimentos de fiscalização de pessoas nas rodovias federais;
- Implantar 21 Unidades Especiais de Fronteira da Polícia Rodoviária Federal;
- Implantar 66 monitoramentos eletrônicos (OCR) - Sistema Alerta Brasil em Regiões de Fronteiras;
- Implementação de um Sistema de Tratamento de Dados de Inteligência Policial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal nas fronteiras;
- Modernização de 21 Unidades do Sistema Integrado de Inteligência policial para Unidades do Departamento de Polícia Federal nas fronteiras.
- Implantar 166 monitoramentos eletrônicos (OCR) - Sistema Alerta Brasil;
- Mapear as competências necessárias para o desempenho das atribuições da Polícia Rodoviária Federal, identificando os perfis adequados, em especial às atividades de liderança e gestão, bem como aperfeiçoar os mecanismos de avaliação de desempenho e valorização dos servidores;
- Realizar ações de capacitação dos servidores da Polícia Rodoviária Federal, de modo a ajustar as competências institucionais, qualificando 85% dos servidores com no mínimo 30 horas aula de capacitação anual;
- Reformar as unidades operacionais de apoio ao policiamento rodoviário federal da Polícia Rodoviária Federal.
- Alcançar com ações de educação para o trânsito 1.000.000 de pessoas até 2015;
- Ampliar a parceria com o Ministério da Saúde mediante a implantação do SAMU Rodoviário Nacional;
- Ampliar de 21.500.000 para 24.000.000 o número de fiscalizações de veículos nas rodovias federais;
- Ampliar de 4.150.000 para 6.000.000 o número de procedimentos de fiscalização de alcoolemia;
- Implantar o Centro de Estudos de Segurança Viária;
- Implementar centrais de comando e controle em todas as regionais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) com objetivo de monitorar, despachar e controlar as ações operacionais, utilizando-se de sistemas de informações integrados;
- Monitorar eletronicamente com câmeras de vigilância 200 pontos críticos de rodovias.

Adicionalmente à execução das ações previstas no PPA, quadriênio 2012-2015, o DPRF, órgão integrante do Sistema de Segurança Pública Nacional, pretende executar as ações abaixo relacionadas, devendo a UJ implementá-las de acordo com as determinações oriundas do Órgão Central:

- Adequar os serviços prestados pelos órgãos de segurança pública e outras instituições frente ao aumento da demanda ocasionada pelos grandes eventos, com prioridade para as sedes da Copa 2014;
- Capacitar 5.000 Policiais Rodoviários Federais em ações específicas voltadas para grandes

- eventos;
- 51 Centros de Comando e Controle Móveis destinados às sedes da Copa e centros de treinamento das seleções;
- Dispor de 34.000 vagas de ensino presencial da SENASP com foco nos grandes eventos;
- Apreender 150.717 kg de cocaína (cloridrato, pasta base, crack e outras formas de apresentação) apreendida;
- Apreender 52.000 armas de fogo apreendidas;
- Implantação de 350 unidades de próprios nacionais residenciais nas fronteiras;
- Adequar e reformar instalações de segurança pública de organizações e instituições pertencentes ao Estado, adquirir equipamentos, produtos e serviços de tecnologia de informação e comunicação;
- Desenvolver ações para que as forças federais de segurança pública atuem no combate e na apuração dos crimes contra os direitos humanos, relacionados em especial a milícias e grupos de extermínio;
- Promover a reestruturação organizacional dos órgãos policiais da União;
- Capacitar policiais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal na temática vinculada à prevenção do uso de drogas na associação com o trânsito brasileiro, bem como o desenvolvimento de habilidades em abordagem dos condutores que apresentam sinais de consumo de álcool ou outras drogas e o adequado uso de etilômetros;
- Integração da Rede de Ensino a Distância da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) às ações de educação das Instituições de Segurança Pública;
- Realizar estudos e pesquisas na área de educação, valorização profissional e segurança pública.

### **2.1.1. Estratégias Adotadas para Atingir os Objetivos Estratégicos**

Com o intuito de gerenciar os objetivos da Polícia Rodoviária Federal, alinhando o planejamento estratégico do órgão com as metas do PPA o Escritório de Projetos Estratégicos do DPRF fomenta a construção, o desenvolvimento e o acompanhamento de Projetos que possam gerenciar as demandas macros da Polícia Rodoviária Federal. Neste contexto, a Polícia Rodoviária Federal está com o desenvolvimento dos seguintes Projetos Estratégicos onde a UJ estará integrada:

- Comando e Controle – que possui como escopo: Intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento; fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; e melhorar a comunicação interna e externa;
- Vídeo Monitoramento de Rodovias - que possui como escopo: Intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento; fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; e prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades;
- Alerta Brasil – que possui como escopo: Intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento; fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; e prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades;
- Landell – que possui como escopo: Fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; e melhorar a comunicação interna e externa;
- Sistemas Móveis – que possui como escopo: Fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; e melhorar a comunicação interna e externa;

- Série Alpha - que possui como escopo: Prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; mapear, otimizar e padronizar processos internos; e fomentar melhorias legais e estruturais relacionadas à Missão da PRF;
- Policiamento Especializado – que possui como escopo: Fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; mapear, otimizar e padronizar processos internos; e fortalecer a imagem institucional da PRF;
- PRF Fronteira - que possui como escopo: Fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; e articular parcerias e intensificar a cooperação nacional e internacional;
- Reengenharia Operacional – que possui como escopo: Fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo; prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; e adequar o quadro de pessoal;
- Apoio ao Condutor e Turista – que possui como escopo: Prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; articular parcerias e intensificar a cooperação nacional e internacional; e fortalecer a imagem institucional da PRF;
- Plano Diretor de Educação para o Trânsito – que possui como escopo: Fomentar e potencializar ações de Educação para o Trânsito; fortalecer a imagem institucional da PRF; e intensificar ações de garantia dos direitos humanos;
- Hora de Ouro - que possui como escopo: Ampliar e aperfeiçoar o atendimento pré-hospitalar e o resgate emergencial; fortalecer a imagem institucional da PRF; e articular parcerias e intensificar a cooperação nacional e internacional;
- Sistema de Registros de Ocorrências – que tem como escopo: Implantar a perícia de acidente e aprimorar o registro de ocorrências; intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento; e mapear, otimizar e padronizar processos internos;
- Gestão Administrativa - que tem como escopo - Prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento; e mapear, otimizar e padronizar processos internos;
- Sistemas de Informações Gerenciais- que tem como escopo – Desenvolver a cultura de gestão participativa e por resultados; intensificar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e a produção de conhecimento; e mapear, otimizar e padronizar processos internos;
- PRF na Internet – que tem como escopo : fortalecer a imagem institucional da PRF; fortalecer a imagem institucional da PRF; intensificar o orgulho de pertencer à PRF e fortalecer seus valores institucionais (profissionalismo, ética, equidade, proatividade, cordialidade, comprometimento, espírito de equipe, transparência e responsabilidade socioambiental);
- Gestão por Competências – que tem como escopo: Mapear e desenvolver competências; adequar o quadro de pessoal; e potencializar a motivação e o desempenho dos servidores;
- Fortalecimento da Estrutura de Ensino – que tem como escopo: Mapear e desenvolver competências; potencializar a motivação e o desempenho dos servidores; e intensificar o orgulho de pertencer à PRF e fortalecer seus valores institucionais (profissionalismo, ética, equidade, proatividade, cordialidade, comprometimento, espírito de equipe, transparência e responsabilidade socioambiental);
- Próprios Nacionais – que tem como escopo: Prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; adequar o quadro de pessoal; e potencializar a motivação e o desempenho dos servidores;
- ADI Nacional – que tem como escopo: Desenvolver a cultura de gestão participativa e por resultados; potencializar a motivação e o desempenho dos servidores; e mapear e desenvolver competências;

- Coeficiente de Adequação de Logística e de Infraestrutura – que tem como escopo: Prover meios e infraestrutura adequadas ao desempenho das atividades; assegurar recursos financeiros e otimizar a sua execução; e potencializar a motivação e o desempenho dos servidores;
  - Endomarketing (Clima Organizacional) – que tem como escopo: Desenvolver a cultura de gestão participativa e por resultados; melhorar a comunicação interna e externa; e intensificar o orgulho de pertencer à PRF e fortalecer seus valores institucionais (profissionalismo, ética, equidade, proatividade, cordialidade, comprometimento, espírito de equipe, transparência e responsabilidade socioambiental);
  - Mapeamento/otimização de processos – que tem como escopo: Mapear, otimizar e padronizar processos internos; desenvolver a cultura de gestão participativa e por resultados; e potencializar a motivação e o desempenho dos servidores;
  - Pesquisa: Percepção de Segurança e Imagem da PRF – que tem como escopo: Fortalecer a imagem institucional da PRF ; Melhorar a comunicação interna e externa; e fortalecer e modernizar a fiscalização e o policiamento ostensivo;
- Os objetivos traçados no PPA e os escopos existentes nos projetos estratégicos do órgão estão intimamente relacionados com os Macroprocessos de Apoio que o órgão executa.

## **2.2. Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados**

### **2.2.1. Programa Temático**

Não se aplica a esta UJ, haja vista o contido na Portaria-TCU nº 175, item 2.2, que informa que “Só devem preencher as informações referentes a programa temático, as unidades jurisdicionadas que abrangem secretaria-executiva de ministério ou de secretaria com status de ministério”.

### **2.2.2. Objetivo**

Não se aplica a esta UJ, haja vista o contido na Portaria-TCU nº 175, item 2.2.2, que informa que o quadro deste item “só deve ser preenchido em relação aos objetivos e metas cujo desenvolvimento coube diretamente a UJ”.

### **2.2.3. Ações**

A seguir, estão discriminadas a execução das despesas classificadas em ações previstas na LOA 2013, separadas em ações OFSS – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social; e OI – Orçamento de Investimentos. A seguir, são apresentadas despesas com ações inscritas em restos não processados a liquidar não mais previstas na LOA2013.

Para a Análise situacional, optamos por incluí-las conforme as ações são apresentadas.

### 2.2.3.1. Ações – OFSS

A unidade jurisdicionada não tem a seu cargo a execução da integralidade dos valores consignados à ação, mas apenas a um ou mais subtítulos dessa, devendo portanto utilizar os quadros dos itens a seguir, conforme orientação contida na Portaria-TCU nº 175/2013, no item 2.2.3.1.

### 2.2.3.2. Ações/Subtítulos – OFSS

**Quadro II – Ação 14VN – OFSS**

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	14VN						
<b>Descrição</b>	Apoio à Realização dos Grandes Eventos						
<b>Iniciativa</b>	Não se aplica						
<b>Programa</b>	Código: 2125						
<b>Unidade Orçamentária</b>	MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	221526,45	221526,45	221526,45	211.133,53	211.133,53	0,00	10.392,92
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
-				-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	0,00	0,00	0,00	-	-	-	

### Análise Situacional da Ação 14VN

Nesta ação, para o efetivo apoio à realização dos grandes eventos de 2013, foram realizadas despesas com diárias, passagens aéreas e abastecimento da frota, conforme detalhado na tabela a seguir.

DESTINAÇÃO	VALOR EMPENHADO	DESCRIÇÃO
DIÁRIAS	167644,31	Diárias relativas à Copa das Confederações
ABASTECIMENTO DA FROTA	8375,64	Abastecimento da frota relativo a deslocamentos para apoio a grandes eventos
PASSAGENS AÉREAS	45506,5	Passagens aéreas relativas a deslocamentos para apoio a grandes eventos



### Quadro III – Ação 2000 – OFSS

Identificação da Ação							
Código	2000						
Descrição	Administração da Unidade						
Programa	Código: 2112						
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL						
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	1900616,24	1900616,24	1900616,24	1616745,61	1616745,61	0,00	283870,63
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
-				-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	340285,04	306551,21	12559,34	-	-	-	

### Análise Situacional da Ação 2000

A seguir, quadros sintéticos referentes às despesas de custeio com a Ação 2000:

#### MATERIAIS ADQUIRIDOS

VALOR EMPENHADO	DESCRIÇÃO
R\$ 1.900,00	100 Bolsas de couro.
R\$ 929,00	100 bolsas tipo malote
R\$ 749,00	100 garrações de água mineral de 20 litros.
R\$ 7.267,00	1000 resmas de papel A4.
R\$ 2.090,00	1000 caixas para arquivo
R\$ 173,20	20 rolos de barbante
R\$ 80,00	250 cintas elásticas para processos.
R\$ 1.960,00	40 cestos para coleta seletiva de lixo.
R\$ 950,00	5000 capas de processos.
R\$ 645,60	Aquisição de 240 pacotes de café.
R\$ 3.128,79	Aquisição de 30.000 litros de água mineral (distribuição em garrações de 20 litros).
R\$ 550,00	Aquisição de bateria para uso no gerador de eletricidade do prédio onde se localiza a sede da UJ.
R\$ 5.262,00	Aquisição de copos descartáveis.
R\$ 480,00	Envelopes diversos.
R\$ 680,00	Equipamentos de proteção individual para uso em instrução de tiro.
R\$ 1.063,50	Formulários diversos.
R\$ 3.340,00	Materiais de expediente diversos

R\$ 2.888,35	Materiais elétricos diversos.
R\$ 3.088,00	Material para instalação de divisórias nas salas da sede da UJ.
R\$ 455,50	Peças para manutenção de bomba submersa.
R\$ 492,05	Peças aplicadas em manutenção de aparelhos de ar condicionado.

### OUTRAS DESPESAS

VALOR EMPENHADO	DESCRIÇÃO
R\$ 61.585,76	Aquisição de passagens aéreas.
R\$ 38.033,74	Auxílio funeral.
R\$ 129.821,13	Diárias para atividades administrativas e atendimento a convocações de servidores por parte da Direção Geral do DPRF e suas Coordenações.
R\$ 1.193.704,44	Terceirização de mão-de-obra.
R\$ 4.920,00	Intermediação de estagiários.
R\$ 430.179,78	Serviços em geral (água, energia elétrica, licenciamento de viaturas, aluguel etc).

### Quadro IV – Ação 201C – OFSS

Identificação da Ação							
Código	201C						
Descrição	Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON						
Iniciativa	03DO - Implementação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras para o monitoramento das regiões fronteiriças e Amazônia Legal, bem como para a ampliação da presença dos órgãos de segurança pública e outras instituições nessas regiões						
Programa	Código: 2070						
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL						
Ação Prioritária	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	76595,68	76595,68	76595,68	65118,40	65118,40	0,00	11477,28
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
-				-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	0,00	0,00	0,00	-	-	-	

## Análise Situacional da Ação 201C

Com base nesta ação, foram implementadas operações relativas à Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras – ENAFRON, com despesas inteiramente voltadas para aquisição de passagens aéreas e pagamentos de diárias em favor dos servidores desta UJ convocados para tais operações.

### Quadro V – Ação 200G – OFSS

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	<b>200G</b>						
<b>Descrição</b>	Construção, Ampliação e Reforma das Instalações Físicas da Polícia Rodoviária Federal						
<b>Iniciativa</b>	03E1 - Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas.						
<b>Programa</b>	<b>Código: 2070</b>						
<b>Unidade Orçamentária</b>	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL						
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	385739,17	385739,17	385739,17	0,00	0,00	0,00	385739,17
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
-				-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	0,00	0,00	0,00	-	-	-	

## Análise Situacional da Ação 200G

Por base nesta ação, foram projetadas e postas em execução reformas na sede da Unidade Jurisdicionada, conforme detalhado a seguir.

DESCRIÇÃO	VALOR EMPENHADO
Reforma da sede da 13ª SRPRF/AL.	R\$ 255.060,81
Elaboração de projetos arquitetônicos e executivos para reforma e ampliação da sede da Unidade Jurisdicionada.	R\$ 86.997,21

### Quadro VI – Ação 2723 – OFSS

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	2723						
<b>Descrição</b>	Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais						
<b>Iniciativa</b>	03EH - Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à criminalidade e à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das operações especiais e de inteligência e do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro.						
<b>Objetivo</b>	Código: 0833						
<b>Programa</b>	Código: 2070						
<b>Unidade Orçamentária</b>	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	1264974,66	1264974,66	1264974,66	1008877,11	1008877,11	0,00	256097,55
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
-				-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	237791,80	186514,64	36283,96	-	-	-	

## Análise Situacional da Ação 2723

### Principais problemas relacionados ao trânsito

De acordo com a pesquisa, que leva em consideração os registros do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, as mortes no trânsito vem crescendo de forma gradativa ao longo dos anos, acompanhando o aumento da frota de veículos que circula pelas estradas e rodovias no estado, com ressalvas para o ano de 2013.

Com isso, segundo relatório, entre 2001 e 2011 cerca de 6.960 perderam a vida em acidentes de trânsito em Alagoas. Números que expõem uma taxa de óbito no trânsito do estado de 41,4%, diante de um comparativo de 100 mil habitantes.

Ainda segundo o estudo, em Alagoas as maiores vítimas da violência no trânsito foram os pedestres, seguidos dos motociclistas, ocupantes de automóveis e ciclistas. No entanto, na capital alagoana houve uma redução de 12,2% no número de mortos no trânsito ao longo da última década. Desta forma, Maceió passou da 4ª posição no número de mortos no trânsito em 2001, para a 13ª colocação em 2011. Com isso, houve também uma queda de 17,5% no registro de mortes no trânsito de jovens.

Em um comparativo de proporção – população versus o número de acidente de trânsito – as cidades alagoanas que possuem as maiores taxas de óbitos entre 2001 e 2011 são: Arapiraca (81,9%), Feira Grande (75,0%) e Junqueiro (42,0%).

Quanto aos custos provocados por acidentes de trânsito, com tratamento para as vítimas que necessitaram de atendimento médico pelo Sistema Único de saúde (SUS), Alagoas registou na última década 2.196 internações.

Já 2013 com ações mais direcionadas envolvendo os órgãos de trânsito, Alagoas vem conseguindo estabilizar e até reduzir alguns números, em especial os de acidentes com mortes, os números de mortos e de vítimas graves.

Nas rodovias federais a intensificação e controle da fiscalização, através de estudos técnicos e relatórios gerenciais, representada pelos números de abordagens de veículos e pessoas, aliadas as realizações dos testes de etilômetros combinadas com os valores das multas, tem contribuído para a contenção da escalada da violência como um todo em relação a frota nacional, como poderá ser observado pelos expostos abaixo:

Itens / Ano	2012	2013
Veículos fiscalizados	56.617	116.841
Pessoas fiscalizadas	12.908	129.064
Teste de etilômetros	12.094	31.383
Autuações	453	609
Pessoas detidas	124	200

Os números em rodovias estaduais também apresentaram redução da gravidade e na redução de mortes. Segundo pesquisas publicadas na imprensa local pelo Núcleo de Comunicação do DETRAN/AL em janeiro/2014 informam que houve redução de 20% no número de vítimas feridas por acidentes de trânsito, bem como queda de 11% no percentual de vítimas mortas.

#### Número total de acidentes nas rodovias federais

Acidentes	2010	2011	2012	2013
Qtd. TOTAL De Acidentes	277	362	194	375
Qtd. De Acidentes com Vítimas* (feridos e mortos)	094	161	89	174
Qtd. De Acidentes sem Vítimas*	1183	1201	1605	201
Qtd. De Mortos	53	56	84	48
Qtd. De Feridos	692	842	440	702

#### Porcentagem de acidentes com vítimas por período do dia

Acidentes	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%
Dia	1471	64,60	1498	63,42	1288	58,70	1442	60,71
Noite	917	40,27	995	42,13	906	41,29	933	39,29

### Porcentagem de acidentes com vítimas por área (urbana ou rural)

Acidentes com vítimas	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%
Area rural	972	42,69	1045	44,24	1000	45,58	1186	49,94
Area urbana	1305	57,1	1317	55,76	1194	54,42	1189	50,06

### Registro de atropelamentos

Acidentes	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%
Atropelamentos	118	5,18	99	4,2	107	4,9	86	3,6

Nos últimos quatro anos, em média, 98% dos atropelamentos geraram vítimas, assim os outros 2% foram desconsiderados no estudo, visto que o número não é proporcionalmente significativo. No ano de 2010 o número de pedestres mortos representou quase um quarto do total de vítimas fatais no trânsito de Alagoas.

### Registro de atropelamentos de animais

Acidentes	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%
Atropel. de animais	55	2,4	77	3,3	89	4,1	102	4,3

A proximidade de animais em relação às vias de tráfego representa um risco potencial de acidente de trânsito. Em cerca de 1/3 dos atropelamentos de animais alguém acaba ferido ou morto, devido ao forte impacto que costumam provocar estes acidentes.

### Registro de automóveis, motocicletas, motonetas e ciclomotores envolvidos em acidentes

Acidentes	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%
Automóveis	1509	66,27	1595	67,52	1835	45,9	2052	47,8
Motocicletas/outros	498	21,87	556	23,54	620	15,5	690	16,1

### Porcentagem do total de acidentes com vítimas em que estiveram envolvidas motocicletas, motonetas e ciclomotores

Acidentes com vítimas	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%
Automóveis	671	29,47	709	30,01	597	33,9	669	36,3
Motocicletas/outros	441	19,36	495	20,396	531	30,2	600	32,6

### Condutores menores de 18 anos envolvidos em acidentes

Acidentes	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%
Condutores maiores	2332	97,90	2416	97,62	3425	85,71	3569	83,06
Condutores menores	50	2,1	59	2,38	29	0,73	31	0,72

### Comparativo do número de vítimas feridas e mortas

Vítimas	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%
Feridos	1692	91,71	1842	92,19	1622	89,46	1702	92,0
Mortes	153	8,29	156	7,81	192	10,54	148	8,0

### Porcentagem de mortos entre as vítimas de acidentes segundo o sexo

Mortes	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%
Masculino	126	82,35	127	81,41	156	81,68	126	85,14
Feminino	26	16,99	28	17,95	34	17,8	22	14,86

- Não informado: 01 em 2010; 01 em 2011 e 01 em 2012.

### Vítimas ciclistas e pedestres

Vítimas	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%
Ciclistas	65	3,84	57	3,09	44	2,71	60	3,53
Pedestres	76	4,49	90	4,88	76	4,69	68	4,00

### Mortos ciclistas e pedestres

Mortes	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%
Ciclistas	9	5,9	8	5,1	15	7,8	6	4,05
Pedestres	38	24,8	24	17,3	30	16,75	26	17,57

### Vítimas feridas e mortas de acordo com a faixa etária

Vítimas	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%
<b>Feridos total</b>	<b>1692</b>		<b>1842</b>		<b>1622</b>		<b>1702</b>	
0 a 09 anos	64	3,78	33	1,79	32	2,0	32	1,9
10 a 19 anos	175	10,34	144	7,81	119	7,3	119	7,0
20 a 29 anos	998	58,98	1053	57,17	398	24,5	431	25,3
Acima de 29 anos e não identificado	455		612		1073	66,2	1120	65,8
<b>Mortes total</b>	<b>153</b>		<b>156</b>		<b>191</b>		<b>148</b>	
0 a 09 anos	4	2,61	3	1,92	4	2,1	3	2,0
10 a 19 anos	2	1,31	7	4,49	7	3,7	13	8,8
20 a 29 anos	26	17	19	12,18	42	22,0	25	16,9
Acima de 29 anos e não identificado	121		127		138	72,3	107	72,3

## CRIMINALIDADE

### A violência em Alagoas

O Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americano (Cebela), no *Mapa da Violência 2013: Homicídios e Juventude no Brasil*, revela que Maceió é a capital mais violenta do país, seguida por João Pessoa e Salvador. A capital registrou um aumento de 116,1% no número de homicídios. Em 2001, foram registrados 485 assassinatos contra 1.048 em 2011.

Alagoas registrou um crescimento de 171,1% no número total de assassinatos entre os anos de 2001 e 2011, bem acima da média anual, que foi de 146% no mesmo período. Esses números fizeram o Estado saltar da 12ª para a 1ª colocação no ranking de estados mais violentos do Brasil, com 72,2 homicídios por 100 mil habitantes.

Conforme o resultado da pesquisa, Alagoas registrou, em 2001, 836 homicídios,

contra 2.268 em 2011. Um resultado bem diferente dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco, que apresentaram uma queda de 64,2%, 37,9% e 26,3%, respectivamente.

Em relação ao número de homicídios envolvendo jovens, Alagoas registrou um aumento de 182,7 entre 2001 e 2011. Foram contabilizados 336 assassinatos em 2001, contra 950 em 2011. A média anual, por grupo de 100 mil habitantes, aumentou 185,6%, saindo de 54,8%, em 2001, para 156,4% em 2011.

### **A violência no Nordeste**

De acordo com o Mapa da Violência 2011 ([www.mapadaviolencia.gorg.br](http://www.mapadaviolencia.gorg.br)), o Nordeste é hoje o que pode ser chamado de a grande "chaga" da violência no País. O Sul-Sudeste, embora com grandes diferenças nos resultados, está conseguindo, ao menos, conter o crescimento da violência, de acordo com o relatório que consolida os dados da década entre 1998 e 2008. Já o Nordeste (com o Norte fazendo parte desta dinâmica) é a região que registra o maior aumento de mortes por causas externas violentas, uma verdadeira escalada de homicídios, acidentes de trânsito e suicídios.

Enquanto a pobreza diminuiu na região, os homicídios aumentaram 65%, os suicídios, 80% e os acidentes de trânsito, 37%. Na população jovem os índices são ainda piores: um crescimento de 49% nos acidentes, 94% nos homicídios e 92% nos suicídios.

Estados como Alagoas e Bahia, que figuravam na parte de baixo do ranking da violência, agora pularam para as primeiras posições. Outros, como o Maranhão, quase quadruplicaram suas taxas de homicídio. Saíram de taxas quase europeias, de cinco assassinatos por 100 mil habitantes, para 20 por 100 mil - um número ainda baixo, mas que mostra um crescimento assustador (média de 170% de aumento).

Para o pesquisador que preparou o Mapa da Violência/2011, Julio Jacobo Waiselfisz, o fenômeno da "desconcentração da violência" pegou o Nordeste no rastro da chegada dos novos polos econômicos. Esses polos surgiram por todo o Nordeste e alguns Estados no Norte, como o Pará, criaram empregos e renda, mas sem a estrutura de segurança pública do Estado.

A região registra números crescentes de assaltos a banco, roubos de carros, tráfico de drogas, acidentes de moto, em locais onde mal existe uma delegacia e a fiscalização de normas de trânsito é praticamente inexistente.

### **Principais projetos de impacto nas rodovias federais do Estado**

Os principais projetos de impactos atualmente no Estado de Alagoas estão relacionados a implantação de polos industriais às margens de rodovias federais em várias cidades, com destaque para a região que tem como centro econômico a cidade de Arapiraca, e as disputas na posse da terra com a duplicação da rodovia BR 101, que tem provocada diversas ações judiciais e interrupções de trânsito causadas por manifestantes.



**DADOS ESTATÍSTICOS OPERACIONAIS**  
**Acidentes (modelo NUEST/CGO)**

Acidentes	Ano			
	2010	2011	2012	2013
Quantidade de Acidentes	2277	2362	2194	2335
Mortos Quantidade de Acidentes com Feridos Graves ou	591	626	589	1163
Quantidade de Mortos	153	156	191	147
Quantidade de Feridos	1692	1842	1621	1646

**Fiscalização/Escolta/Batedor**

Ano	Quantidade
2010	85
2011	184
2012	141
2013	113

**Apreensão de Drogas**

Ano	Número de Ocorrências
2010	14
2011	22
2012	18
2013	10

**Apreensão Contrabando**

Ano	Número de Ocorrências
2010	6
2011	4
2012	5
2013	5

**Apreensão de Armas**

Ano	Quantidade
2010	53
2011	49
2012	58
2013	62

**Apreensão de Munições**

<b>Ano</b>	<b>Quantidade</b>
<b>2010</b>	507
<b>2011</b>	500
<b>2012</b>	580
<b>2013</b>	537

**Carga Roubada**

<b>Ano</b>	<b>Número de Ocorrências</b>
<b>2010</b>	8
<b>2011</b>	11
<b>2012</b>	12
<b>2013</b>	19

**Carga Recuperada**

<b>Ano</b>	<b>Número de Ocorrências</b>
<b>2010</b>	4
<b>2011</b>	2
<b>2012</b>	2
<b>2013</b>	18

**Meio Ambiente**

<b>Ano</b>	<b>Número de Ocorrências</b>
<b>2010</b>	3
<b>2011</b>	0
<b>2012</b>	6
<b>2013</b>	5

**Detenções**

<b>Ano</b>	<b>Quantidade</b>
<b>2010</b>	486
<b>2011</b>	335
<b>2012</b>	356
<b>2013</b>	417

**Crimes Diversos**

<b>Ano</b>	<b>Quantidade</b>
<b>2010</b>	268
<b>2011</b>	216
<b>2012</b>	205
<b>2013</b>	376

### Crianças e Adolescentes – Vítimas

Ano	Quantidade
2010	2
2011	11
2012	9
2013	7

### Crianças e Adolescentes – Infratores

Ano	Quantidade
2010	16
2011	11
2012	10
2013	28

### Quadro VII – Ação 86A1 – OFSS

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	86A1						
<b>Descrição</b>	Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal						
<b>Iniciativa</b>	03EH - Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à criminalidade e à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das operações especiais e de inteligência e do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro.						
<b>Objetivo</b>	Código: 0833						
<b>Programa</b>	Código: 2070						
<b>Unidade Orçamentária</b>	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	6851,02	6851,02	6851,02	6851,02	6851,02	0,00	0,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
-				-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	0,00	0,00	0,00	-	-	-	

### Análise Situacional da Ação 86A1

Com recursos provenientes desta ação foram pagas diárias e passagens aéreas para deslocamento de servidor para atuação em processamento de imagens de radar, na sede do DPRF.

### Quadro VIII – Ação 8698 – OFSS

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	<b>8698</b>						
<b>Descrição</b>	Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação						
<b>Iniciativa</b>	03E1 - Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas						
<b>Programa</b>	<b>Código: 2070</b>						
<b>Unidade Orçamentária</b>	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	251841,66	251841,66	251841,66	96309,05	54458,97	0,00	155532,61
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
-			-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	0,00	0,00	0,00	-	-	-	

### Análise Situacional da Ação 8698

Com base nesta ação, foram mantidos os sistemas de telecomunicações e de tecnologia da informação da UJ, sendo as despesas de custeio realizadas conforme sintetizado na tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	VALOR EMPENHADO
Materiais de consumo	R\$ 9.793,69
Locação de impressoras	R\$ 25.094,58
Manutenção em equipamentos de informática e telecomunicações	R\$ 7.215,00
Telecomunicações (telefonia e internet)	R\$ 209.738,39

### Quadro IX – Ação 7U23 – OFSS

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	7U23						
<b>Descrição</b>	Implementação do Plano Nacional de Segurança Pública para a Realização dos Grandes Eventos						
<b>Iniciativa</b>	03EE - Adequar os serviços prestados pelos órgãos e outras instituições de segurança pública para o aumento da demanda ocasionada pelos grandes eventos, com prioridade para as sedes da Copa 2014						
<b>Objetivo</b>	Código: 0828						
<b>Programa</b>	Código: 2070						
<b>Unidade Orçamentária</b>	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	302656,38	302656,38	302656,38	302656,38	302656,38	0,00	0,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
-				-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	0,00	0,00	0,00	-	-	-	

### Análise Situacional da Ação 7U23

Os esforços para atender as demandas de segurança para realização de grandes eventos concentraram-se em grande monta na presente ação, integralmente na forma de pagamento de diárias aos servidores policiais deslocados.

### Quadro X – Ação 2004 – OFSS

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	2004						
<b>Descrição</b>	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes						
<b>Programa</b>	Código: 2112						
<b>Unidade Orçamentária</b>	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	475,00	475,00	475,00	307,00	307,00	0,00	168,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
-				-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	0,00	0,00	0,00	-	-	-	

## Análise Situacional da Ação 2004

Por intermédio desta ação foram pagos auxílios per capita a servidores da Unidade Jurisdicionada, relativos a assistência médica e/ou odontológica.

### Quadro XI – Ação 8785 – OFSS

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	8785						
<b>Descrição</b>	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC						
<b>Objetivo</b>	<b>Código:</b>						
<b>Programa</b>	<b>Código: 2126</b>						
<b>Unidade Orçamentária</b>	MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES						
<b>Ação Prioritária</b>	( X ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( X ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	3698,04	3698,04	3698,04	3698,04	3698,04	0,00	0,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
-				-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	0,00	0,00	0,00	-	-	-	

## Análise Situacional da Ação 8785

Por intermédio desta ação foram deslocados servidores, com correspondente pagamento de diárias, para levantamento de dados estatísticos, garantindo a segurança na execução e eficácia da pesquisa de origem e destino de veículos de cargas/passageiros e contagem volumétrica classificatória no Brasil.

**Quadro XII – Ação 20UB – OFSS**

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	<b>20UB</b>						
<b>Descrição</b>	Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário						
<b>Iniciativa</b>	00WH - Fiscalização de serviços de transporte rodoviário						
<b>Objetivo</b>	<b>Código: 0280</b>						
<b>Programa</b>	<b>Código: 2075</b>						
<b>Unidade Orçamentária</b>	AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT						
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não    Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	150943,56	150943,56	150943,56	0,00	0,00	0,00	150943,56
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
-				-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	0,00	0,00	0,00	-	-	-	

**Análise Situacional da Ação 20UB**

Por intermédio desta ação, foram adquiridos pneus para uso nos veículos oficiais da Unidade Jurisdicionada.

**2.2.3.3. Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados – OFSS**

**Quadro XIII – Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar - OFSS**

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	<b>2346</b>				
<b>Título</b>	FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE				
<b>Iniciativa</b>	00WD - Fiscalização de serviços de transporte rodoviário				
<b>Objetivo</b>	<b>Código: 0280</b>				
<b>Programa</b>	<b>Código: 2075</b>				
<b>Unidade Orçamentária</b>	Agência Nacional de Transportes Terrestres				
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não                      Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
48127,91	26183,38	0,00	Manutenção e abastecimento da frota	Unidade	26183,38

Identificação da Ação					
<b>Código</b>	2347				
<b>Título</b>	FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS				
<b>Iniciativa</b>	00WD - Fiscalização de serviços de transporte rodoviário				
<b>Objetivo</b>	Código: 0280				
<b>Pograma</b>	Código: 2075				
<b>Unidade Orçamentária</b>	Agência Nacional de Transportes Terrestres				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
25681,19	24661,19	1200,00	Manutenção e abastecimento da frota	Unidade	24661,19
Identificação da Ação					
<b>Código</b>	2524				
<b>Título</b>	CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL				
<b>Iniciativa</b>	03DY - Fortalecimento, seleção, formação, capacitação e valorização do quadro de servidores das polícias da União				
<b>Pograma</b>	Código: 2070				
<b>Unidade Orçamentária</b>	Departamento de Polícia Rodoviária Federal				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
2999,69	1762,34	1237,35	Servidor capacitado	Servidor	56
Identificação da Ação					
<b>Código</b>	8623				
<b>Título</b>	REFORMA E MODERNIZAÇÃO DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL				
<b>Iniciativa</b>	03E1 - Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas				
<b>Objetivo</b>	Não se aplica				
<b>Pograma</b>	Código: 2070				
<b>Unidade Orçamentária</b>	Departamento de Polícia Rodoviária Federal				
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1171694,02	503185,49	0,00	Unidade reformada/modernizada	Unidade	1



Identificação da Ação					
<b>Código</b>	<b>8698</b>				
<b>Título</b>	MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO				
<b>Iniciativa</b>	03E1 - Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas				
<b>Objetivo</b>	Não se aplica				
<b>Pograma</b>	<b>Código: 2070</b>				
<b>Unidade Orçamentária</b>	Departamento de Polícia Rodoviária Federal				
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
174776,96	76953,17	60896,59	Serviços de telecomunicações	Unidade	76953,17

## 2.2.3.4. Ações - Orçamento de Investimento – OI

### Quadro XIV – Ações do Orçamento de Investimento

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	<b>2000</b>						
<b>Título</b>	Administração da Unidade						
<b>Pograma</b>	<b>Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça Código: 2112</b>						
<b>Unidade Orçamentária</b>	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL						
<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
180832,33	180832,33	180832,33	-	-	-	-	-

## Análise Situacional da Ação 2000

A seguir, quadros sintéticos referentes às despesas de investimento com a Ação 2000, salientando a influência decisiva da reestruturação física da sede da UJ, haja vista a reforma em andamento, nas despesas a seguir apresentadas:

DESCRIÇÃO	VALOR EMPENHADO
02 relógios eletrônicos de ponto	R\$ 4.500,00
04 condicionadores de ar split de 9000 BTUs	R\$ 4.180,00
06 bebedouros	R\$ 2.690,88
10 condicionadores de ar split de 24000 BTUs	R\$ 24.662,70
12 condicionadores de ar split de 12000 BTUs	R\$ 17.768,75
13 cadeiras de escritório	R\$ 2.816,00
Forno de micro-ondas	R\$ 328,00
Mobiliário em geral para uso na sede da UJ após a conclusão da reforma.	R\$ 123.886,00

### Quadro XV – Ações do Orçamento de Investimento

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	<b>201C</b>						
<b>Título</b>	Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - ENAFRON						
<b>Iniciativa</b>	03DO - Implementação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras para o monitoramento das regiões fronteiriças e Amazônia Legal, bem como para a ampliação da presença dos órgãos de segurança pública e outras instituições nessas regiões						
<b>Pograma</b>	<b>Segurança Pública com Cidadania</b>			<b>Código: 2070</b>			
<b>Unidade Orçamentária</b>	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
918,00	918,00	918,00					

### Análise Situacional da Ação 201C

Foram adquiridos dois coletes balísticos para uso por parte de policiais lotados nesta Unidade Jurisdicionada.

### Quadro XVI – Ações do Orçamento de Investimento

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	<b>2723</b>						
<b>Título</b>	Policimento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais						
<b>Iniciativa</b>	03EH - Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à criminalidade e à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das operações especiais e de inteligência e do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro.						
<b>Objetivo</b>	<b>Código: 0833</b>						
<b>Pograma</b>	<b>Segurança Pública com Cidadania</b>			<b>Código: 2070</b>			
<b>Unidade Orçamentária</b>	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
166830,00	166830,00	166830,00					

### Análise Situacional da Ação 2723

Nesta ação, no orçamento de investimento, foram adquiridos materiais permanentes relacionados diretamente a atividades operacionais, para melhor realização das atividades finalísticas às quais se vincula a Unidade Jurisdicionada, conforme descrito a seguir.

DESCRIÇÃO	VALOR EMPENHADO
Tendas sanfonadas para utilização em atividades de educação para o trânsito.	R\$ 6.000,00
Equipamentos diversos de radiocomunicação	R\$ 136.312,00
41 coletes balísticos	R\$ 24.518,00

## Quadro XVII – Ações do Orçamento de Investimento

Identificação da Ação							
<b>Código</b>		<b>8698</b>					
<b>Título</b>		Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação					
<b>Iniciativa</b>		03E1 - Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas					
<b>Programa</b>		<b>Segurança Pública com Cidadania</b>			<b>Código: 2070</b>		
<b>Unidade Orçamentária</b>		DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL					
<b>Ação Prioritária</b>		( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
11200,29	11200,29	11200,29	-	-	-	-	-

### Análise Situacional da Ação 8698

Foram adquiridos equipamentos de natureza permanente, utilizados para medições eletrônicas e manutenções relativas a telecomunicações e informática.

### 2.3. Informações sobre outros resultados da gestão

#### DIRETRIZES OPERACIONAIS

Com foco em obter os resultados institucionais previstos no Mapa Estratégico da Polícia Rodoviária Federal para o período de 2012-2020 ,

- a) Reduzir a violência no trânsito nas rodovias federais;*
  - b) Assegurar a livre circulação nas rodovias federais;*
  - c) Contribuir para a redução da criminalidade e da violência no país;*
  - d) Aumentar a percepção de segurança dos usuários das rodovias federais,*
- priorizaremos as seguintes ações:**

- Eleger a proteção à vida como diretriz norteadora de todas as ações policiais.
- Priorizar as ações preventivas e o planejamento operacional.
- Estabelecer a abordagem de veículos e pessoas como foco da ação policial, devendo esta ser permeada por tratamento cortês, postura e apresentação individual adequadas, clareza e firmeza nas orientações.
- Implementar a educação de trânsito no ato da abordagem, difundindo dados estatísticos de acidentes de trânsito, devendo as autuações serem precedidas de esclarecimento das infrações cometidas e dos riscos que elas representam para a segurança de trânsito, de modo a contribuir para a mudança de comportamento dos condutores.
- Contribuir com o indicador “sensação de segurança” por meio da visibilidade, disponibilidade, divulgação das ações implementadas, qualidade e profissionalismo no atendimento das ocorrências.
- Incluir na fiscalização ao transporte de passageiros e cargas ações de combate ao crime, quando

possível com o emprego de grupos táticos e cães farejadores.

- Informar aos passageiros, ao término da fiscalização, a importância do trabalho realizado e, sempre que possível, os dados relativos às apreensões de pessoas e drogas.
  - Implementar a fiscalização de excesso de velocidade com emprego de equipamentos estáticos e portáteis e a fiscalização de alcoolemia com emprego de etilômetros.
  - Implementar ações de fiscalização a motociclistas, principalmente em áreas urbanas.
  - Desenvolver políticas de comandos ou operações especiais com o uso do pessoal administrativo das sedes das regionais, mantendo atualizado os policiais da área administrativa.
  - Realizar eventos de capacitação, abrangendo os temas segurança pública, direitos humanos, cidadania, ética e postura profissional, idiomas, comunicação e relações interpessoais.
  - Melhorar as condições nos Postos para atender aos usuários com mais eficiência, dotando-os de mapas, informações turísticas e equipamentos de informática.
  - Integrar as ações de combate ao crime com as atividades de inteligência.
  - Promover a integração com outros órgãos de segurança pública e de fiscalização.
  - Realizar pesquisas de satisfação dos usuários, periodicamente, utilizando as fichas de fiscalização, verificando aspectos relativos a urbanidade, apresentação individual, clareza e firmeza na orientação/autuação.
  - Estimular ações de educação para o trânsito nas escolas, empresas, sindicatos, associações, entre outros, por meio de palestras, oficinas e cursos.
  - Priorizar a alocação de recursos humanos e materiais de acordo com os índices de acidentes da Delegacia/Posto.
  - Aumentar a eficácia da fiscalização de trânsito.
  - Ampliar a Fiscalização: ultrapassagens, velocidade, alcoolemia e cinto de segurança e cadeirinha.
    5. Intensificar o AGS.
    6. Aumentar a divulgação dos Resultados Operacionais.
- Otimizar ações de combate ao crime de tráfico de drogas e/ou transporte de explosivos.

### 3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

#### 3.1. Estrutura de Governança

A Estrutura de Governança da Regional é baseada na hierarquia, seguindo o modelo “Top-Down“, com pequenas variações quanto às tomadas de decisões, em que o servidores ocupantes de Funções gratificadas são ouvidos antes de tomadas decisões relacionadas às suas respectivas áreas, no entanto, prevalece a figura do gestor da Regional, materializado na Superintendente Regional, como principal responsável pelas decisões administrativas e/ou operacionais da UJ;

A composição da estrutura de Governança é feita da seguinte forma, na ordem hierárquica decrescente: 01 (um) Superintendente Regional, ocupante de DAS-3; 04 (quatro) Chefes de Seção e 03 (três) Chefes de Delegacias, ocupantes de Função Gratificada – FG-01; 17 (dezessete) Chefes de Núcleo, ocupantes de Função Gratificada – FG-03, que tratam assuntos relacionados às respectivas áreas, com maior ou menor discricionariedade conforme sua posição hierárquica.

A divisão das atribuições dos diversos setores da Regional está prevista no Regimento Interno do DPRF (Portaria MJ nº 1.375, de 02 de agosto de 2007).

Como esta Unidade depende do Órgão Central do DPRF para a criação de um setor de controle interno da Instituição, tendo em vista ser uma Unidade Desconcentrada com poder restrito, o controle é exercido pela CGU.

#### 3.2. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

**Quadro XVIII – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ**

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>

10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<b>Análise Crítica: Não existe na estrutura organizacional da UJ uma unidade responsável pelo desenvolvimento e aplicação de um sistema de controle interno. A UJ adota alguns mecanismos em suas diversas seções que funcionam</b>					

como instrumento de monitoramento dos seus processos e atividades. Esta estruturação encontra-se presente no âmbito do Ministério da Justiça, Unidade à qual o DPRF está subordinado.

Cabe ressaltar que a alta Administração deste DPRF tem envidado esforços no sentido de dotar a Instituição de uma área de assessoramento de controle interno, conforme Projeto de reestruturação do DPRF que atualmente tramita na Câmara dos Deputados, após ser aprovada pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e pela Casa Civil da Presidência da República.

#### Escala de valores da Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

### 3.3. Sistema de Correição

A 13ªSRPRF/AL conta com uma unidade de Corregedoria Regional, subordinada diretamente à Superintendente Regional, mas cujas atividades também são geridas pela Corregedoria Geral/DPRF/MJ.

Atualmente a CR/AL dispõe apenas de três servidores, que são a Corregedora Regional, o Corregedor-Substituto e o Chefe-Substituto do NUIAI. Estamos aguardando a apresentação do Chefe do NUIAI, recém designado para exercer a função. Para um funcionamento satisfatório haveria a necessidade de completar o quadro com pelo menos mais dois servidores, um para análises de processos e outro para o controle cartorial.

As competências e responsabilidades da CR e do NUIAI estão estabelecidas no Anexo da Portaria nº 1.375/2007/MJ (Regimento Interno do DPRF), especificamente nos artigos 92 e 93. As diretrizes e normas que regem as atividades correcionais estão contidas na Instrução Normativa nº 01/2010/CG/DPRF.

Quanto aos resultados de 2013, verificou-se uma acentuada redução no número de processos em andamento no fechamento do ano, o que se deveu à diminuição de entrada de novas demandas aliada ao encerramento de um número expressivo de apurações, conforme tabela abaixo:

ANO	ENTRADAS (Proc. autuados)	SAÍDAS (Proc. encerrados)	Nº de processos "EM ANDAMENTO" final de de cada ano
2011	31	27	36
2012	38	39	37
2013	16	32	19

Inobstante o declínio demonstrado no item anterior, ainda existe um passivo a ser sanado nesta unidade correcional, relativo aos processos já instaurados ou que aguardam comissão disciplinar, sendo a constituição de comissões processantes a maior dificuldade ainda encontrada por esta seara. A situação dos processos em andamento no final de 2013 era a seguinte:

STATUS DOS PROCESSOS EM ANDAMENTO							
SITUAÇÃO	2008	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL
INST. PRELIMINAR	00	00	00	00	00	07	07
ANALISE DE ADMISSIBILIDADE	00	00	00	00	01	01	02
AGUARDANDO DECISÃO DE INSTAURAÇÃO	00	00	00	00	00	01	01
INSTAURADOS OU AGUARDANDO COMISSÃO	01	00	00	02	02	01	06
ANÁLISE DE MÉRITO	00	00	00	00	02	00	02
AGUARDANDO JULGAMENTO	00	00	01	00	00	00	01
TOTAL	01	00	01	02	05	10	19

Registre-se que atribuímos a diminuição de demandas correccionais ao trabalho preventivo que vem sendo feito, principalmente com o apoio dos Chefes Imediatos dos servidores deste órgão, por meio dos Acompanhamentos Gerenciais de Serviço – AGS (IN nº 02/2011-CG), conforme quadro abaixo.

AGS			
ANO	2011	2012	2013
INSPEÇÕES REALIZADAS POR CHEFES	102	96	87
INSPEÇÕES REALIZADAS PELA CR	13	17	30
SERVIDORES AUDITADOS POR CHEFES	163	206	189
SERVIDORES AUDITADOS PELA CR	22	95	57

### **3.4. Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU**

Quanto à exigência de registro das informações relativas aos processos disciplinares no sistema CGU-PAD temos a esclarecer que, desde a mudança do gestor desta unidade correccional, ocorrida em outubro de 2011, vêm sendo adotadas medidas no sentido de efetuar os lançamentos relativos aos processos em andamento, assim como, paulatinamente, a conferência e os lançamentos necessários relativos aos processos que já se encontravam arquivados antes da data citada.

Hoje já estão devidamente cadastrados no citado sistema da CGU todos os processos em andamento nesta Corregedoria, assim como todos os processos dos anos de 2013, 2012, 2011 e 2010 que já tenham sido arquivados.

Inobstante os esforços efetuados, dada a escassez de pessoal, nem sempre é possível realizar o cadastramento ou a atualização da situação de cada processo dentro do prazo estabelecido pelo §3º, do artigo 1º, da Portaria nº 1.043/2007-CGU, que é de 30 dias, especialmente quando o fato ainda está sob apuração, sob os cuidados das Comissões Disciplinares. Contudo, sempre que é determinado o arquivamento de um processo e antes de arquivá-lo propriamente, é feita uma checagem no sistema da CGU-PAD para garantir que todas as respectivas fases foram lançadas e atualizadas no mesmo.



### **3.5. Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos**

Sendo uma Unidade Desconcentrada do DPRF, esta Regional não dispõe de um sistema que permita criar indicadores relacionados ao monitoramento e avaliação do desempenho, no que se refere à governança e controles internos.

Como o Órgão Central (DPRF) possui sistema gerencial, que concentra todos os sistemas, é possível que possua indicadores capazes de aferir a governança e os controles internos.

No entanto, desconhecemos que o DPRF possua os indicadores solicitados, o que corrobora nossa manifestação descrita no parágrafo anterior.

## **4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

### **4.1. Execução das Despesas**

#### **4.1.1. Programação**

Não se aplica. Esta Unidade Jurisdicionada não é Unidade Orçamentária.

## 4.1.2. Movimentação de Créditos Interna e Externa

**Quadro XIX – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa**

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
<b>Concedidos</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Recebidos</b>	200109	200129	47101 04/121/2125/14VN/0001	-	-	221.526,45
	200109	200129	30107 06/122/2112/2000/0001	-	-	1.913.292,47
	200230	200129	30107 06/122/2112/2000/0001	-	-	38.691,14
	200109	200129	30107 06/181/2070/200G/0001	-	-	385.739,17
	200109	200129	30107 06/181/2070/20IC/0001	-	-	90.632,95
	200109	200129	30107 06/181/2070/8698/0001	-	-	251.841,67
	200109	200129	30107 06/181/2070/86A1/0001	-	-	7.308,36
	200109	200129	30101 06/183/2070/7U23/0001	-	-	302.656,38
	200230	200129	30107 06/301/2112/2004/0001	-	-	783,00
	200109	200129	39101 26/122/2126/8785/0001	-	-	18.762,00
	200109	200129	39250 26/782/2075/20UB/0001	-	-	151.375,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
<b>Concedidos</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Recebidos</b>	200109	200129	30107 06/122/2112/2000/0001	182.475,37	-	-
	200109	200129	30107 06/181/2070/20IC/0001	918,00	-	-
	200109	200129	30107 06/181/2070/2723/0001	1.301.021,57	-	-
	200109	200129	30107 06/181/2070/2723/0001	166.830,00	-	-
	200109	200129	30107 06/181/2070/8698/0001	11.200,29	-	-
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
<b>Concedidos</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Recebidos</b>	-	-	-	-	-	-
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
<b>Concedidos</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Recebidos</b>	-	-	-	-	-	-

### **4.1.3. Realização da Despesa**

#### **4.1.3.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total**

Não se aplica. Esta Unidade Jurisdicionada não é Unidade Orçamentária.

#### **4.1.3.2. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ**

Não se aplica. Esta Unidade Jurisdicionada não é Unidade Orçamentária.

#### **4.1.3.3. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total**

Não se aplica por não termos créditos originários para execução de despesas.

#### **4.1.3.4. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ**

Não se aplica por não termos créditos originários para execução de despesas.

#### 4.1.3.5. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

**Quadro XX – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação**

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>1.802.579,85</b>	<b>1.364.627,47</b>	<b>1.760.729,77</b>	<b>1.364.627,47</b>
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	1.802.579,85	1.364.627,47	1.760.729,77	1.364.627,47
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>427.491,70</b>	<b>374.955,02</b>	<b>427.491,70</b>	<b>374.955,02</b>
h) Dispensa	223.469,19	217.358,53	223.469,19	217.358,53
i) Inexigibilidade	204.022,51	157.596,49	204.022,51	157.596,49
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
j) Suprimento de Fundos	-	-	-	-
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>1.055.864,49</b>	<b>739.569,53</b>	<b>1.055.864,49</b>	<b>739.569,53</b>
k) Pagamento em Folha	-	21.088,28	-	21.088,28
l) Diárias	1.055.864,49	718.481,25	1.055.864,49	718.481,25
<b>5. Outros</b>	<b>62.788,98</b>	<b>68.383,96</b>	<b>62.788,98</b>	<b>68.383,96</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>3.348.725,02</b>	<b>2.547.535,98</b>	<b>3.306.874,94</b>	<b>2.547.535,98</b>

Observação: destacamos na tabela a seguir, entre os saldos de empenhos emitidos na modalidade de pregão, a parcela respectiva de registro de preços, ressaltando que não há ocorrência de registro de preços em nenhuma outra modalidade de licitação:

	2013	2012	2011
<b>Pregão com Registro de Preços</b>	R\$ 1.488.630,47	R\$ 934.332,90	R\$ 1.220.703,39
<b>Pregão sem Registro de Preços</b>	R\$ 1.636.774,07	R\$ 1.196.199,59	R\$ 1.423.687,79
<b>Percentual de Registro de Preços</b>	47,63%	43,85%	46,16%



## **4.2. Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos**

Não houve qualquer registro referente a reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, ou mesmo movimento ou saldo diferente de zero, durante o exercício de 2013, nas contas 21211.04.00, 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00, 21219.08.11, 21219.22.00 e 22243.00.00 do S IAFI.

## **4.3. Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores**

<b>Quadro XXII - Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores</b>				Valores em R\$ 1,00
<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante 01/01/2013</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Cancelamento</b>	<b>Saldo a pagar 31/12/2013</b>
2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante 01/01/2013</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Cancelamento</b>	<b>Saldo a pagar 31/12/2013</b>
2012	R\$ 1.937.414,51	R\$ 1.062.571,60	R\$ 99.061,50	R\$ 773.019,41
2011	R\$ 109.889,03	R\$ 71.729,24	R\$ 28.348,35	R\$ 9.149,48

## **Análise Crítica**

Uma quantidade significativa de Restos a Pagar de exercícios anteriores ao de competência do relatório de gestão decorre em boa medida de empenhos emitidos já no mês de dezembro.

O Núcleo de Patrimônio e Material desta Regional, estando a par das Notas de Empenho emitidas para aquisição de materiais, efetiva contato com as favorecidas, acompanhando os prazos a serem respeitados para entrega dos produtos. Alguns materiais, por sua importância para a Unidade Regional, eventualmente são reinscritos em Restos a Pagar com o propósito de permanecerem viáveis os esforços de aquisição.

A seguir, lista de empenhos reinscritos com esclarecimentos sobre a razão de manter a inscrição em restos a pagar.

NOTA DE EMPENHO	VALOR REINSCRITO	DESCRIÇÃO	JUSTIFICATIVAS
2011NE800054	R\$ 8.480,91	Terceirização de mão de obra de recepcionistas.	Irregularidades fiscais e trabalhistas do fornecedor dos serviços impediram as realizações tempestivas dos pagamentos.
2011NE800055	R\$ 11.773,22	Terceirização de mão de obra de telefonistas.	Irregularidades fiscais e trabalhistas do fornecedor dos serviços impediram as realizações tempestivas dos pagamentos.
2011NE800190	R\$ 1.916,30	Serviços de telefonia fixa local e longa distância nacional.	Problemas com o faturamento do fornecedor dos serviços impediram as realizações tempestivas dos pagamentos.
2011NE800455	R\$ 1.485,00	Elaboração de projeto para reforma da sede da 13ª SRPRF/AL.	Não execução parcial dos serviços contratados impedem até o momento o pagamento da última medição dos mesmos.
2011NE800483	R\$ 3.147,76	Terceirização de mão de obra de recepcionistas.	Irregularidades trabalhistas do fornecedor dos serviços impediram as realizações tempestivas dos pagamentos.
2011NE800484	R\$ 1.971,84	Terceirização de mão de obra de motorista.	Irregularidades trabalhistas do fornecedor dos serviços impediram as realizações tempestivas dos pagamentos.
2011NE800523	R\$ 22.215,00	Serviços de comunicação de dados MPLS.	Problemas com o faturamento do fornecedor dos serviços impediram as realizações tempestivas dos pagamentos.
2011NE800593	R\$ 14.871,78	Aquisição de calças do uniforme dos policiais.	Fornecedor com atraso no fornecimento dos materiais empenhados. O uniforme é imprescindível para as atividades realizadas pelos policiais da Polícia Rodoviária Federal.
2011NE800611	R\$ 22.070,16	Aquisição de gandas do uniforme dos policiais.	Fornecedor com atraso no fornecimento dos materiais empenhados. O uniforme é imprescindível para as atividades realizadas pelos policiais da Polícia Rodoviária Federal.
2011NE800612	R\$ 5.220,00	Aquisição de camisetas para o uniforme dos policiais.	Fornecedor com atraso no fornecimento dos materiais empenhados. O uniforme é imprescindível para as atividades realizadas pelos policiais da Polícia Rodoviária Federal.
2011NE800615	R\$ 1.305,00	Aquisição de camisetas para o uniforme dos policiais.	Fornecedor com atraso no fornecimento dos materiais empenhados. O uniforme é imprescindível para as atividades realizadas pelos policiais da Polícia Rodoviária Federal.

2011NE800616	R\$ 4.957,26	Aquisição de calças do uniforme dos policiais.	Fornecedor com atraso no fornecimento dos materiais empenhados. O uniforme é imprescindível para as atividades realizadas pelos policiais da Polícia Rodoviária Federal.
2011NE800617	R\$ 4.957,26	Aquisição de calças do uniforme dos policiais.	Fornecedor com atraso no fornecimento dos materiais empenhados. O uniforme é imprescindível para as atividades realizadas pelos policiais da Polícia Rodoviária Federal.
2011NE800620	R\$ 5.517,54	Aquisição de gandolas do uniforme dos policiais.	Fornecedor com atraso no fornecimento dos materiais empenhados. O uniforme é imprescindível para as atividades realizadas pelos policiais da Polícia Rodoviária Federal.



#### 4.4. Transferências de Recursos

##### 4.4.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro XXIII – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Posição em 31.12.2013											
Unidade Concedente ou Contratante											
Nome: 13ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal											
CNPJ: 00.394.494/0124-95					UG/GESTÃO: 200129/00001						
Informações sobre as Transferências											
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.		
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim			
1	01/2009	61.600.839/0001-55	23040,00	-	5088,00	21221,04	10/08/2009	10/08/2014	1		
<p><b>LEGENDA</b></p> <table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="width: 50%; vertical-align: top;"> <b>Modalidade:</b>                      Convênio                      Contrato de Repasse                      Termo de Cooperação                      Termo de Compromisso                 </td> <td style="width: 50%; vertical-align: top;"> <b>Situação da Transferência:</b>                      Adimplente                      Inadimplente                      Inadimplência Suspensa                      Concluído                      Excluído                      Rescindido                      Arquivado                 </td> </tr> </table>										<b>Modalidade:</b> Convênio Contrato de Repasse Termo de Cooperação Termo de Compromisso	<b>Situação da Transferência:</b> Adimplente Inadimplente Inadimplência Suspensa Concluído Excluído Rescindido Arquivado
<b>Modalidade:</b> Convênio Contrato de Repasse Termo de Cooperação Termo de Compromisso	<b>Situação da Transferência:</b> Adimplente Inadimplente Inadimplência Suspensa Concluído Excluído Rescindido Arquivado										
Fonte: SIASG (SICONV) E SIAFI											

#### 4.4.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

<b>Quadro XXIV – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios</b>						
<b>Unidade Concedente ou Contratante</b>						
<b>Nome:</b>	13ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal					
<b>CNPJ:</b>	00.394.494/0124-95					
<b>UG/GESTÃO</b>	200129/00001					
<b>Modalidade</b>	<b>Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício</b>			<b>Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)</b>		
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Convênio</b>	-	-	-	5.088,00	4.133,04	5.568,00
<b>Contrato de Repasse</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Termo de Cooperação</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Termo de Compromisso</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Totais</b>	-	-	-	5.088,00	4.133,04	5.568,00
<b>Fonte: SIAFI</b>						

#### 4.4.3. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Este convênio foi celebrado nos moldes de um contrato, inclusive com a realização de Pregão Eletrônico para realização do convênio. Por recomendação da assessoria jurídica (AGU), usamos a nomenclatura “convênio” ao invés de “contrato”. O fiscal do convênio, a par da quantidade de estagiários disponibilizados e de sua frequência, atesta mensalmente as faturas apresentadas. Os estagiários beneficiam-se adquirindo experiência profissional nos diversos setores de trabalho desta UG, e a PRF com tal auxílio, impulsiona suas atividades e realiza o pagamento das bolsas respectivas e da taxa de administração ao CIEE, esta pela própria UG, aquelas pelo DPRF em Brasília-DF.

#### 4.4.4. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Este convênio foi celebrado nos moldes de um contrato, inclusive com a realização de Pregão Eletrônico para realização do convênio. Por recomendação da assessoria jurídica (AGU), usamos a nomenclatura “convênio” ao invés de “contrato”. O fiscal do convênio, a par da quantidade de estagiários disponibilizados e de sua frequência, atesta mensalmente as faturas apresentadas. Os estagiários beneficiam-se adquirindo experiência profissional nos diversos setores de trabalho desta UG, e a PRF com tal auxílio, impulsiona suas atividades e realiza o pagamento das bolsas respectivas e da taxa de administração ao CIEE, esta pela própria UG, aquelas pelo DPRF em Brasília-DF.

#### 4.4.5. Análise Crítica

O Convênio celebrado através do instrumento 001/2009, ativo desde outubro de 2009, oportuniza a alunos dos níveis médio e superior, estágio junto a esta Regional, ao tempo em que contribuem na medida das possibilidades, para o bom andamento dos serviços administrativos. Não há que se falar em inadimplência, haja vista que ao CIEE cabe a indicação de alunos pré-selecionados para o preenchimento de vagas preestabelecidas, o que o CIEE tem feito a contento.

**Valor repassado por ano e mês de competência**

ANO DA COMPETÊNCIA	MÊS DE COMPETÊNCIA	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL REPASSADO	TAXA/ ESTAGIÁRIO	QUANT. ESTAGIÁRIOS
2009	outubro	R\$ 480,00	R\$ 1.440,00	R\$ 24,00	20
	novembro	R\$ 480,00		R\$ 24,00	20
	dezembro	R\$ 480,00		R\$ 24,00	20
2010	Janeiro	R\$ 480,00	R\$ 5.448,00	R\$ 24,00	20
	Fevereiro	R\$ 456,00		R\$ 24,00	19
	Março	R\$ 432,00		R\$ 24,00	18
	Abril	R\$ 456,00		R\$ 24,00	19
	Maio	R\$ 504,00		R\$ 24,00	21
	Junho	R\$ 456,00		R\$ 24,00	19
	Julho	R\$ 456,00		R\$ 24,00	19
	Agosto	R\$ 456,00		R\$ 24,00	19
	Setembro	R\$ 456,00		R\$ 24,00	19
	Outubro	R\$ 456,00		R\$ 24,00	19
	Novembro	R\$ 384,00		R\$ 24,00	16
	Dezembro	R\$ 456,00		R\$ 24,00	19
2011	Janeiro	R\$ 384,00	R\$ 5.112,00	R\$ 24,00	16
	Fevereiro	R\$ 504,00		R\$ 24,00	21
	Março	R\$ 504,00		R\$ 24,00	21
	Abril	R\$ 480,00		R\$ 24,00	20
	Maio	R\$ 480,00		R\$ 24,00	20
	Junho	R\$ 480,00		R\$ 24,00	20
	Julho	R\$ 456,00		R\$ 24,00	19
	Agosto	R\$ 432,00		R\$ 24,00	18
	Setembro	R\$ 336,00		R\$ 24,00	14
	Outubro	R\$ 600,00		R\$ 24,00	25
	Novembro	R\$ 456,00		R\$ 24,00	19
	Dezembro	R\$ 432,00		R\$ 24,00	18
2012	Janeiro	R\$ 408,00	R\$ 5.261,04	R\$ 24,00	17
	Fevereiro	R\$ 293,04		R\$ 24,00	12
	Março	R\$ 432,00		R\$ 24,00	18
	Abril	R\$ 408,00		R\$ 24,00	17
	Maio	R\$ 432,00		R\$ 24,00	18
	Junho	R\$ 408,00		R\$ 24,00	17
	Julho	R\$ 456,00		R\$ 24,00	19
	Agosto	R\$ 432,00		R\$ 24,00	18
	Setembro	R\$ 432,00		R\$ 24,00	18
	Outubro	R\$ 408,00		R\$ 24,00	17
	Novembro	R\$ 360,00		R\$ 24,00	15
	Dezembro	R\$ 360,00		R\$ 24,00	15
2013	Janeiro	R\$ 360,00	R\$ 3.960,00	R\$ 24,00	R\$ 15,00
	Fevereiro	R\$ 360,00		R\$ 24,00	R\$ 15,00
	março	R\$ 456,00		R\$ 24,00	R\$ 19,00
	abril	R\$ 408,00		R\$ 24,00	R\$ 17,00
	maio	R\$ 384,00		R\$ 24,00	R\$ 16,00
	junho	R\$ 384,00		R\$ 24,00	R\$ 16,00
	julho	R\$ 456,00		R\$ 24,00	R\$ 19,00
	agosto	R\$ 408,00		R\$ 24,00	R\$ 17,00
	setembro	R\$ 312,00		R\$ 24,00	R\$ 13,00
	outubro	R\$ 432,00		R\$ 24,00	R\$ 18,00
	novembro	não repassado em 2013		R\$ 24,00	15
	dezembro	não repassado em 2013		R\$ 24,00	15
TOTAL REPASSADO			R\$ 21.221,04		

Fonte: SIAFI

#### 4.5. Suprimento de Fundos

No período a que se refere o presente relatório e nos dois exercícios anteriores, não houve utilização de suprimento de fundos, movimentação de contas bancárias tipo B, nem uso de Cartão de Pagamento do Governo Federal.

#### 4.6. Renúncias sob a Gestão da UJ

Não ocorreu no período.

### 5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

#### 5.1. Estrutura de Pessoal da Unidade

##### 5.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

##### 5.1.1.1 Lotação

Quadro XXV – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	179	179	9	13
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	179	179	9	13
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	179	179	9	
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>				
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>				
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	179	179	9	13

Fonte: SIAPE

## 5.1.1.2. Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

**Quadro XXVI – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ**

<b>Tipologias dos afastamentos</b>	<b>Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro</b>
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>1</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	1
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>1</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	1
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>6</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	3
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	3
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	
4.2. Capacitação	
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>0</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	
5.2. Serviço Militar	
5.3. Atividade Política	
5.4. Interesses Particulares	
5.5. Mandato Classista	
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>8</b>
<b>Fonte: SIAPE</b>	

## 5.1.2. Qualificação da Força de Trabalho

### 5.1.2.1. Estrutura de Cargos e de Funções

**Quadro XXVII – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ  
(Situação em 31 de dezembro)**

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	1	1	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	1	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	1	1		
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo				
1.2.5. Aposentados				
<b>2. Funções Gratificadas</b>	24	22	9	7
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	24	22	9	7
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	25	23	9	7

Fonte: SIAPE

### 5.1.2.2. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro XXVIII – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	10	69	47	25	5
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira	<b>10</b>	69	<b>47</b>	<b>25</b>	<b>5</b>
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	2	6	11	4	0
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				1	
2.3. Funções Gratificadas	<b>2</b>	6	<b>11</b>	<b>3</b>	
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>12</b>	<b>75</b>	<b>58</b>	<b>29</b>	<b>5</b>

Fonte: SIAPE

### 5.1.2.3. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

**Quadro XXIX – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	0	0	0	1	55	99	0	1	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira				1	55	99		1	
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	0	0	0	0	5	18	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						1			
2.3. Funções Gratificadas					5	17			
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>60</b>	<b>117</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
<b>LEGENDA</b>									
<b>Nível de Escolaridade</b>									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

**Fonte: SIAPE**



### 5.1.3. Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

**Quadro XXX - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores**

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Rebribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão</b>											
Exercícios	2013	17.941.867,04		1.682.214,47	524.481,80	1.157.485,52	42.443,72	10.569,44	6.750,62	38.396,49	21.404.209,10
	2012	16.211.679,86		1.512.332,56	516.671,48	895.417,35	41.841,16	12.795,13	440,10	30.099,61	19.221.277,25
	2011	15.743.935,11	1.185,68	1.525.671,53	452.795,07	891.617,41	40.920,00	6.398,23		84.647,11	18.747.170,14
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2013	189.746,38		9.576,56	330,64	8.538,57	1.254,00			344,85	209.791,00
	2012	217.677,63		19.075,08	9.304,36	9.546,00	1.584,00			435,60	257.622,67
	2011	114.765,80		9.938,87	3.312,95	6.312,00	792,00			582,22	135.703,84
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											

<b>Exercícios</b>	<b>2013</b>	133.109,28	30.578,76	13.640,67	4.546,89	5.788,36					187.663,96
	<b>2012</b>	105.441,40	25.222,39	2.425,23	-	5.721,00					138.810,02
	<b>2011</b>	105.441,40	24.090,61	12.969,37	4.323,12	5.568,00				386,61	152.779,11
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
<b>Exercícios</b>	<b>2013</b>	2.595.844,69	75.897,70	237.004,78	69.534,33	163.278,35	5.082,00	1.108,83		1.397,55	3.149.148,23
	<b>2012</b>	2.486.422,21	71.805,42	205.163,48	67.926,59	129.686,00	6.372,77	935,01		2.900,33	2.971.211,81
	<b>2011</b>	2.700.937,90	74.009,46	239.096,34	74.015,79	131.950,72	6.402,00	2.886,06		6.464,47	3.235.762,74

Fonte: SIAPE

#### 5.1.4. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

##### 5.1.4.1. Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro XXXI - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	103	11
1.1 Voluntária	92	10
1.2 Compulsória	3	
1.3 Invalidez Permanente	8	1
1.4 Outras		
<b>2. Proporcional</b>	3	0
2.1 Voluntária	3	
2.2 Compulsória		
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		
<b>3. Totais (1+2)</b>	106	11

Fonte: SIAPE

##### 5.1.4.2. Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro XXXII - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	41	4
1.1 Integral	40	4
1.2 Proporcional	1	0
<b>2. Em Atividade</b>	15	0
<b>3. Total (1+2)</b>	56	4

Fonte: SIAPE

## 5.1.5. Cadastramento no Sisac

### 5.1.5.1. Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

**Quadro XXXIII – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)**

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	9	6		
Concessão de aposentadoria	11	1		
Concessão de pensão civil	4	2		
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0			
Concessão de reforma	0			
Concessão de pensão militar	0			
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
<b>Totais</b>	<b>24</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Obs: O cadastramento dos atos no SISAC são feitos pela Unidade Central (CGRH/PRF) em Brasília-DF. Esta descentralizada apenas faz a instrução inicial dos processos.

### 5.1.5.2. Atos Sujeitos à comunicação ao TCU

**Quadro XXXIV – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)**

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	2	2		
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
<b>Totais</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### 5.1.5.3. Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

**Quadro XXXV – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac**

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão				
Concessão de aposentadoria				
Concessão de pensão civil				
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento				
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### 5.1.5.4. Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

**Quadro XXXVI – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)**

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Pensões graciosas ou indenizatórias	0	0	0	0
Outros atos fora do SISAC (especificar)	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

## **5.1.6. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos**

No âmbito Federal, o sistema SERPRO detecta e inibe a acumulação indevida de cargos.

## **5.1.7. Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos**

Nos casos de acumulação indevida de cargos, o servidor é notificado para optar por um deles, dentro do prazo de 05 dias. Caso não exerça a opção dentro desse prazo ele é notificado de que será exonerado. Se nenhuma manifestação for recebida no prazo de 10 dias, a partir da segunda notificação, o servidor é exonerado.

## **5.1.8. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos**

Esta UJ não apresenta indicadores gerenciais desenvolvidos para Recursos Humanos. No entanto, há previsão de desenvolvimento desse tema, sob a Coordenação da CGRH/DPRF.

## **5.2. *Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários***

### **5.2.1. Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão**

Não há cargos ou atividades do Plano de Cargos da Regional ocupados por servidores terceirizados.

### **5.2.2. Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados**

Não há cargos ou atividades do Plano de Cargos da Regional ocupados por servidores terceirizados.

### 5.2.3. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

**Quadro XXXVII - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva**

Unidade Contratante													
Nome: 13ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal													
UG/Gestão:200129/00001						CNPJ:00.394.494/0124-95							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	L	O	05/2012	01.182.827/0001-26	01/06/12	01/06/14	14	14					P
2012	V	O	11/2012	11.866.801/0001-50	20/09/13	20/09/14	25	25					P
Observações: Para os serviços de Limpeza e Conservação, não é exigida escolaridade. Para os serviços de vigilância é exigido o curso de especialização para atividade fim, independentemente de escolaridade.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Gestão de contratos da Unidade e SIASG

## 5.2.4. Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

**Quadro XXXVIII - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra**

Unidade Contratante													
Nome: 13ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal													
UG/Gestão: 200129							CNPJ: 00.394.494/0124-95						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	5	O	02/2013	02.297.645/0001-63	14/01/2014	14/01/2015	06	06	-	-	-	-	P
2013	12	O	03/2013	02.297.645/0001-63	14/01/2014	14/01/2015	02	02	-	-	-	-	P
Observações:													
LEGENDA				<b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial. <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. <b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.									
<b>Área:</b> 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes 12. Outras													

Fonte: SIASG



### 5.2.5. Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4

Análise crítica: os contratos referidos foram executados no exercício conforme cláusulas contratuais, sem intercorrências importantes, dentro da adequação orçamentária para o ano de 2013.

### 5.2.6. Composição do Quadro de Estagiários

**Quadro XXXIX - Composição do Quadro de Estagiários**

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>12.315,74</b>
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio	2	2	3	2	12.315,74
<b>2. Nível Médio</b>	<b>15</b>	<b>14</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>57.519,28</b>
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio	15	14	13	13	57.519,28
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>17</b>	<b>16</b>	<b>16</b>	<b>15</b>	<b>69.835,02</b>

Fonte: SIAPE

## 6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

### 6.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

#### 6.1.1. Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

##### a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

a1- DECRETO Nº6403 DE 17 DE MARÇO DE 2008 - Dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

a2- INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 15 DE MAIO DE 2008 - SLTI MPOG - Dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.

a3- INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 07, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2011 – DPRF - Disciplina a classificação, a identificação, o controle, o uso e a guarda dos veículos terrestres automotores no âmbito da Polícia Rodoviária Federal e dá outras providências.

**b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;**

Pelo cumprimento às obrigações constitucionais conferidas ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF), impondo-se a disponibilidade de viaturas em ideais condições de segurança e conservação, visando o desenvolvimento das atividades precípuas do órgão (policiamento ostensivo, atendimento de acidentes, auxílios a usuários, etc.). Ressalta-se que o patrulhamento desenvolve-se diuturnamente nas rodovias federais durante períodos de 24 horas, nos 7 dias da semana.

A viatura policial operacional como administrativa é principal ferramenta de trabalho do Policial Rodoviário Federal, não só impacta na qualidade e eficiência dos serviços prestados a sociedade quanto na preservação da integridade física destes servidores públicos.

**c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;**

TABELA DE CLASSIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS VEÍCULOS OFICIAIS					
GRUPO	UTILIZAÇÃO		CARACTERÍSTICA	USUÁRIO	QUANTITATIVO
I - Veículos de representação	Na representação oficial		Veículo com características adequadas a alta apresentação do restado	Autoridades referidas no art. 3º do Decreto 6403/08	000
II – Veículos especiais	Conforme regulamentação prevista no art. 4º do Decreto 6403/08				000
III – Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridade em serviço		Automóvel – capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Autoridades referidas no art. 5º do Decreto 6403/08	002
IV – Veículos de serviço comum	No transporte de pessoal a serviço	Transporte pessoal de	Veículo básico – automóvel, motocicleta, motoneta ou ciclomotor – capacidade de motorização compatíveis com o serviço	Servidor em serviço externo	021
		Transporte coletivo	Veículo básico – ônibus, micro-ônibus ou van, capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Servidores por necessidade do serviço	000
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Transporte de carga leve	Veículo básico – automóvel de carga, furgão, utilitário ou pick-up - capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Servidor no transporte de carga e serviço	000
Transporte de carga pesada		Veículo básico – caminhão, caminhão guincho, reboque ou semi reboque capacidade e motorização compatíveis com o serviço.	Servidor na execução de atividades específicas	008	
Atividades específicas		Veículo de tração – trator de rodas, de esteira ou misto, pá mecânica, motoniveladora e outros equivalentes		000	
V – Veículos de serviços especiais	Na realização de atividades de segurança pública, saúde pública, fiscalização, segurança nacional e coleta de dados		Veículos com especificações próprias devidamente justificadas – capacidade e motorização compatíveis com o serviço	Servidor no desempenho das atividades de segurança pública, saúde pública, fiscalização, segurança nacional e coleta de dados.	082
<b>TOTAL</b>					<b>113</b>

**d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;**

GRUPO	CARACTERISTICA	MÉDIA ANUAL DE QUILOMETROS RODADOS
III – Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridade em serviço	7.816
IV – Veículos de serviço comum	No transporte de pessoal a serviço	Transporte de pessoal
		Transporte coletivo
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Transporte de carga leve
		Transporte de carga pesada
	Atividades específicas	215.416
V – Veículos de serviços especiais	Na realização de atividades de segurança pública, saúde pública, fiscalização, segurança nacional e coleta de dados	1.030.105

e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

III – Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridade em serviço	2,0 anos
IV – Veículos de serviço comum	No transporte de pessoal a serviço	Transporte de pessoal
		Transporte coletivo
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Transporte de carga leve
		Transporte de carga pesada
	Atividades específicas	8,22 anos
V – Veículos de serviços especiais	Na realização de atividades de segurança pública, saúde pública, fiscalização, segurança nacional e coleta de dados	3.09 anos

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

GRUPO	CARACTERISTICA	MANUTENÇÃO PREVENTIVA /CORRETIVA
III – Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridade em serviço	R\$ 703,00
IV – Veículos de serviço comum	No transporte de pessoal a serviço	Transporte de pessoal
		Transporte coletivo
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Transporte de carga leve
		Transporte de carga pesada
	Atividades específicas	R\$ 44.819,12
V – Veículos de serviços especiais	Na realização de atividades de segurança pública, saúde pública, fiscalização, segurança nacional e coleta de dados	R\$ 121.648,16
	TOTAL	R\$ 167.170,28

GRUPO	CARACTERISTICA	COMBUSTÍVEL
III – Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridade em serviço	R\$ 4.019,22
IV – Veículos de serviço comum	No transporte de pessoal a serviço	Transporte de pessoal
		Transporte coletivo
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Transporte de carga leve
		Transporte de carga pesada
	Atividades específicas	R\$ 75.858,78
V – Veículos de serviços especiais	Na realização de atividades de segurança pública, saúde pública, fiscalização, segurança nacional e coleta de dados	R\$ 352.214,62
	TOTAL	R\$ 432.092,62

GRUPO	CARACTERISTICA	DPVAT
III – Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridade em serviço	R\$ 105,25
IV – Veículos de serviço comum	No transporte de pessoal a serviço	Transporte de pessoal
		Transporte coletivo
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Transporte de carga leve
		Transporte de carga pesada
	Atividades específicas	
V – Veículos de serviços especiais	Na realização de atividades de segurança pública, saúde pública, fiscalização, segurança nacional e coleta de dados	R\$ 7.221,25
	TOTAL	R\$ 10.252,06

GRUPO	CARACTERISTICA	TOTAL
III – Veículos de transporte institucional	No transporte de autoridade em serviço	R\$ 4.827,47
IV – Veículos de serviço comum	No transporte de pessoal a serviço	Transporte de pessoal
		Transporte coletivo
	No transporte de carga e realização de atividades específicas	Transporte de carga leve
		Transporte de carga pesada
	Atividades específicas	
V – Veículos de serviços especiais	Na realização de atividades de segurança pública, saúde pública, fiscalização, segurança nacional e coleta de dados	R\$ 481.084,03
	TOTAL	R\$ 609.514,96

f.1- A gestão de frota da 13ªSRPRF/AL é realizada por dois servidores, sendo os dois policiais rodoviários.

g) Plano de substituição da frota;

O plano de substituição da frota dá-se de forma centralizada pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal - MJ, através de sistema de informatizado de dados que, atualmente, é gerenciado pelo Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos – SIPAC, ferramenta denominada Módulo Transporte.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

A ferramenta principal de trabalho do policial rodoviário federal é a viatura policial, que apresenta características singulares em detrimento da atividade policial. As características estabelecidas pelo artigo 29, inciso VII da Lei 9.503/97, dispositivos de alarme sonoro e iluminação vermelha intermitente, bem como compartimento para presos são essenciais e imprescindíveis para atividade. Neste viés são classificados como veículos especiais, o que difere do padrão dos veículos utilizados nas locações costumeiras.

- i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

O controle e gestão da frota é realizada através do Núcleo de Serviços Gerais, núcleo subordinado da Seção Administrativa e Financeira, com atribuições específicas conferidas no artigo 87 da Portaria 1.375/2007 – Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Sendo que os serviços de manutenção corretiva e preventiva da frota, no ano 2012, foram realizadas através de contratação direta, dois Contratos Administrativos, formalizados através de Pregão Eletrônico.

Os veículos da 13ªSRPRF/AL possuem processo próprio de manutenção, razão pelo qual, a cada serviço a ser executado, é emitido uma Ordem de Serviço – OS, conferindo os serviços em garantia, descontos aplicados sobre as peças, e o quantitativo de hora técnica multiplicados pelo valor da hora contratada. Os meios utilizados pela administração garantem a efetividade e o cumprimento dos princípios constitucionais do economicidade e eficiência proferidas pelo artigo 37 da CF.

### **6.1.2. Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros**

Esta UJ não utiliza veículos automotores por base em contratação de terceiros.

## 6.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário

### 6.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

**Quadro XL – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	ALAGOAS	9	9
	- Atalaia	1	1
	- Canapi	1	1
	- Maceió	2	2
	- Novo Lino	1	1
	- Palmeira dos Índios	1	1
	- São Miguel dos Campos	1	1
	- São Sebastião	1	1
	- União dos Palmares	1	1
Subtotal Brasil		9	9
EXTERIOR		-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		9	9
Fonte: SPIUNET			

## 6.2.2. Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

Quadro XLI – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional								
UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
200129	2707.00008.500-9	18	4	R\$ 84.455,15	01/03/2012	R\$ 84.455,15	-	-
200129	2731.00005.500-5	21	4	R\$ 63.824,22	01/03/2012	R\$ 63.824,22	-	-
200129	2785.00301.500-3	13	4	R\$ 2.841.525,45	01/03/2012	R\$ 2.841.525,45	-	-
200129	2785.00353.500-7	18	2	R\$ 2.382.819,10	01/03/2012	R\$ 2.382.819,10	-	-
200129	2811.00004.500-1	18	4	R\$ 67.194,01	01/03/2012	R\$ 67.194,01	-	-
200129	2825.00020.500-9	18	2	R\$ 498.114,33	01/03/2012	R\$ 498.114,33	-	-
200129	2871.00014.500-0	12	3	R\$ 245.198,12	01/03/2012	R\$ 245.198,12	-	-
200129	2875.00006.500-9	18	2	R\$ 580.519,81	01/03/2012	R\$ 580.519,81	-	-
200129	2885.00035.500-4	18	4	R\$ 136.600,71	01/03/2012	R\$ 136.600,71	470279,16	-
Total							470279,16	-
Fonte: SPIUNET								
LEGENDA								
Regime			Estado de Conservação					
13 – Entrega – Adm. Federal Direta		18 – Irregular – Outros		1 – Novo		5 – Reparos Importantes		
21 – Uso em Serviço Público				2 – Muito Bom		6 – Ruim		
21 – Uso em Serviço Público				3 – Bom		7 – Muito Ruim (valor residual)		
				4 – Regular		8 – Sem Valor		

### 6.2.3. Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

**Quadro XLII – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ**

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
<b>Ocupados</b>	2707.00008.500-9	4	R\$ 84.455,15	01/03/2012	R\$ 84.455,15	-	-
	2731.00005.500-5	4	R\$ 63.824,22	01/03/2012	R\$ 63.824,22	-	-
	2785.00301.500-3	4	R\$ 2.841.525,45	01/03/2012	R\$ 2.841.525,45	-	-
	2785.00353.500-7	2	R\$ 2.382.819,10	01/03/2012	R\$ 2.382.819,10	-	-
	2825.00020.500-9	2	R\$ 498.114,33	01/03/2012	R\$ 498.114,33	-	-
	2875.00006.500-9	2	R\$ 580.519,81	01/03/2012	R\$ 580.519,81	-	-
	2885.00035.500-4	4	R\$ 136.600,71	01/03/2012	R\$ 136.600,71	470279,16	-
<b>Vazios</b>	2811.00004.500-1	4	R\$ 67.194,01	01/03/2012	R\$ 67.194,01	-	-
	2871.00014.500-0	3	R\$ 245.198,12	01/03/2012	R\$ 245.198,12	-	-
<b>Total</b>						470279,16	

Fonte: SIAPENET



## 7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

### 7.1. Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

#### Quadro XLIII – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
<b>1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:</b>	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
X	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
X	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para <b>auxiliá-la nas decisões</b> relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
<b>2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:</b>	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
X	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
X	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
X	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
<b>3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:</b>	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
<b>4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:</b>	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
X	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
X	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
X	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
X	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
X	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____

<b>5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:</b>	
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo
<b>6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos</b>	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade,
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
<b>7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre</b>	
( 4 )	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
( 4 )	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
( 4 )	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
( 4 )	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
( 1 )	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
( 1 )	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
<b>8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)</b>	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
X	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<b>9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?</b>	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
X	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
<b>Comentários</b>	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
Considerando a estrutura organizacional da Polícia Rodoviária Federal, similar à de outros órgãos, as questões poderiam prever a situação em que determinadas ações não competem à unidade desconcentrada, como é o caso desta UJ.	

### 7.1.1. Análise Crítica

Conforme a estrutura organizacional da PRF e as atribuições definidas em seu regimento interno (Portaria MJ nº 1375/2007), a área desta Unidade Jurisdicionada afeta à Gestão da Tecnologia da Informação é o Núcleo de Telemática – NUTEL, que planeja, coordena e executa, no âmbito da unidade regional, atividades relacionadas com informática, telefonia e radiocomunicação, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização - CGPLAM.

Dessa forma, diversos quesitos relativos a Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada não são executados diretamente pela unidade desconcentrada, visto que as estratégias, diretrizes, políticas e regras relativas à gestão e ao uso da Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC são definidas, aprovadas e publicadas em âmbito nacional pelo DPRF, através da estrutura da CGPLAM.

De fato, a atuação da gerência de TIC no âmbito regional está voltada à manutenção da infraestrutura de TIC; suporte técnico aos usuários; gestão dos recursos de TIC; implantação de projetos e soluções técnicas; estudos e pesquisas voltados a melhoria e modernização dos serviços; levantamento de informações e demandas para subsidiar o macro planejamento de TIC da Polícia Rodoviária Federal. Obviamente, a execução de tais responsabilidades se desdobram em várias outras atribuições e atividades.

De acordo com o contexto apresentado, as respostas no Quadro A.7.1 seguiram o seguinte critério:

- Item 1 “Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:” - as respostas referem-se às ações da unidade central, das quais a unidade regional tomou conhecimento;
- Item 2 “Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:” - foram consideradas as diretrizes do PDTI 2013/2014, que vincula todas as unidades da PRF, além dos relatórios de indicadores de desempenho aplicados regionalmente e do uso do Sistema de Informações Gerenciais – SISGER, na tomada de decisões;
- Item 3 “Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:” - esclarecendo que toda a estrutura de sistemas de informação e armazenamento de dados é mantida no datacenter nacional, sendo que apenas arquivos digitais e banco de dados dos serviços de TIC regional são mantidos pela UJ, sendo que não houveram auditorias na regional e não temos informações quanto a execução de tais ações na unidade central;
- Item 4 “Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:” - o PDTI da PRF é estabelecido pela unidade central, vinculando as unidades desconcentradas, dessa forma, as informações prestadas referem-se às ações da unidade central;
- Item 5 “Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:” - todas as questões são afetas ao órgão de maneira global;
- Item 6 “Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou

formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:” - há um conjunto de normas afetas a segurança da informação no âmbito do DPRF, entretanto não foi possível associá-las as questões apresentadas;

- Item 7 “Em relação às contratações de serviços de TI:” - respostas referentes aos contratos da UJ, esclarecendo que não há contratação para desenvolvimento de sistemas na regional;
- Item 8 “Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão”, a mesma foi elaborada e publicada pela unidade central, acessível em <http://www.dprf.gov.br/extranet/portals/Portalst/CartaServicosDPRF.pdf>;
- Item 9 “Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?” - levantamento baseado nos serviços apresentados na Carta de Serviços ao Cidadão e na forma de solicitação.

## 8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

### 8.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro XLIV - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.					X
<p>· Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 1- critérios adotados:</p> <p>a) critérios de participação nas licitações, não permitindo que empresas que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605, de 1998;</p> <p>b) critérios de habilitação jurídica ao exigir a apresentação de comprovantes, para o exercício de atividade de construção de obras civis, classificada como potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, conforme Anexo II da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009: <b>Comprovante de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido</b>, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, e legislação correlata.</p> <p>c) critérios para utilização de normas técnicas a exemplo do “Manual de Obras Públicas Sustentáveis”, Esse trata de soluções para a eficiência energética, a gestão e economia de água e a gestão de resíduos. Quanto a esse último consigna: “O gerenciamento de resíduos da construção deve ser iniciado na fase de projetos, com a especificação de materiais e sistemas construtivos de baixo impacto ambiental, privilegiando-se materiais que gerem resíduos de baixa ou nenhuma periculosidade e contaminação e, conseqüentemente, promovendo-se a redução dos custos, da quantidade de recursos naturais e de energia necessários, e do impacto ambiental.”</p> <p>d) critérios para submeter as empresas participantes dos certames à legislação ambiental em geral à depender do objeto licitado.</p>					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					X
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.					X
<p>· Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</p> <p>Exemplificamos as reformas prediais, onde foram exigidas as seguintes certificações:</p> <p>a) conforme Anexo II da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009: <b>Comprovante de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido</b>, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, e legislação correlata.</p> <p>b) 10.1.14 Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:</p> <p>· Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;</p> <p>· Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 – <i>Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade</i>, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 – <i>Níveis de Ruído para conforto acústico</i>, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;</p> <p>· Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;</p>					

5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).				x
· Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? A utilização sistemática nos últimos anos de lâmpadas frias, tecnicamente mais econômicas, estão sendo utilizadas de forma empírica, com a intenção de baixar custos com tais despesas, contudo, não há estudo formalizado que mensure o impacto dessas aquisições no consumo.				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).				x
· Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Produtos adquiridos: Papel reciclado.				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.				x
· Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	Sim ( x )		Não ( )	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).				x
<p>· Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? Podemos exemplificar a preferência nos seguintes termos:</p> <p>a) Aquisição de material reciclado.</p> <p>b) Contratação de reforma predial com exigências editalícias que tratam da questão de materiais reciclados e afins, a exemplo de:</p> <p>I - 10.1.13 Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:</p> <p>a. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;</p> <p>b. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:</p> <p>b.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a áreas de aterro de resíduos da construção civil, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;</p> <p>b.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;</p> <p>b.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;</p> <p>b.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.</p> <p>c. Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;</p> <p>d. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.</p>				

9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.						x
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.						x
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.						x
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	x					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	x					
<b>LEGENDA</b>						
<b>Níveis de Avaliação:</b>						
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.						
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.						
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.						
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.						
(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.						

## 8.2. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

**Quadro XLV – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água**

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
<b>Papel</b>	1000	600	300	11.197,00	6.330,00	2.874,00
<b>Água</b>	6159	5374	4070	33.833,96	28.093,02	19.427,62
<b>Energia Elétrica</b>	342801	285895	336924	139.683,28	135.265,77	145.459,62
			<b>Total</b>	173.517,24	163.358,79	164.887,24

Fonte: SIAFI

## 9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

### 9.1. Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

#### 9.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro XLVI - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
13ª SUPERINTENDÊNCIA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL - ALAGOAS					200129
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
NÃO HÁ DELIBERAÇÕES DO TCU PARA ESTA UJ NO EXERCÍCIO.					200129
Descrição da Deliberação					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Síntese da Providência Adotada					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

#### 9.1.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro XLVII - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
13ª SUPERINTENDÊNCIA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL - ALAGOAS					200129
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
NÃO HÁ DELIBERAÇÕES DO TCU PARA ESTA UJ NO EXERCÍCIO.					200129
Descrição da Deliberação					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG



## 9.2. Tratamento de Recomendações do OCI

### 9.2.1. Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

**Quadro XLVIII - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
13ª SUPERINTENDÊNCIA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL - ALAGOAS			200129
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
NÃO HÁ RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO PARA ESTA UJ NO EXERCÍCIO.			200129
Descrição da Recomendação			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Síntese da Providência Adotada			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

### 9.2.2. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

**Quadro XLIX - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
13ª SUPERINTENDÊNCIA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL - ALAGOAS			200129
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
NÃO HÁ RECOMENDAÇÕES PENDENTES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO PARA ESTA UJ NO EXERCÍCIO.			200129
Descrição da Recomendação			
NÃO HÁ DELIBERAÇÕES DO TCU PARA ESTA UJ.			

### 9.3. Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Esta UJ não possui em seu organograma unidade de auditoria interna.

### 9.4. Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

#### 9.4.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

**Quadro L – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR**

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	7	16	18
	Entregaram a DBR	7	16	18
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte:

#### 9.4.2. Situação do Cumprimento das Obrigações

Em razão da PORTARIA INTERMINISTERIAL MP/CGU Nº 298, de 06/09/2007, D.O.U. de 11/09/2007, os servidores ocupantes de função de confiança desta 13ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal firmaram compromisso autorizando o acesso aos dados de suas declarações anuais de imposto de renda, logo, deixamos de exigir que a original fosse entregue à Seção de Recursos Humanos. Ressalto que os demais servidores fizeram termo de opção de autorização ao acesso aos dados de suas DBR ou Compromisso de entrega anual. Informo ainda que os Termos e Declarações ficam guardadas em pastas nos arquivos da Seção de Recursos Humanos que tem a incumbência de recepcionar as DBR. Outrossim, informo que encontram-se disponíveis naquela Seção os Termos de Compromisso de todos os servidores da Regional.

### 9.5. Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Não houve casos de dano ao erário no âmbito da UJ no exercício.

## 9.6 Alimentação SIASG E SICONV

### Quadro LI – declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

#### DECLARAÇÃO

**Eu, Gil Eanes Dias de Melo, CPF nº 483.468.374-53, ocupante do cargo de Policial Rodoviário Federal, exercendo a função de Chefe da Seção Administrativa e Financeira, na 13 Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/AL,**

declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Não obstante, observamos que existe um único contrato (nº 5/2011) não incluso no SIASG, tendo em vista o mesmo ter sido originado de uma adesão a uma Ata de Registro de Preços, a título de não participante, promovida e registrada pela Procuradoria da República sediada em Brasília/DF, órgão não integrante do SIASG. Quer dizer, aquele órgão público realizou a licitação em questão apartada do sistema SIASG, não permitindo a adesão de forma ordinária do mesmo. Assim, por intermédio do Ministério do Planejamento – MPOG/DLSG/SLTI, a adesão em pauta foi instrumentalizada no sentido de possibilitar a feitura do empenho de despesa no sistema SIASG, viabilizando a contratação. Ou seja, até aquela ocasião o sistema SIASG não permitia o registro de contratos decorrentes de licitação realizada por órgão não integrante do sistema SIASG. Também não possibilitando a publicação de forma automatizada da avença no Diário Oficial da União. Devido a este impedimento em nível de sistema SIASG, a publicação em tela foi efetivada pelo sistema INcom da Imprensa Nacional. Outrossim, informamos ainda que a Procuradoria da República em epígrafe, posteriormente, integrou-se ao sistema SIASG, fato que provoca neste momento demanda para que o contrato em questão seja inserido no sistema SIASG, situação que se encontra em procedimento por meio da Diretoria do Departamento de Logística e Serviços Gerais – DLSG do MPOG.

Maceió, 28 de março de 2014.

**GIL EANES DIAS DE MELO**  
**CPF 48346837453**

**Chefe da Seção Administrativa e Financeira/13ª SRPRF/AL - 200129**

## **10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE**

### **10.1. Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.**

Com o advento da Lei de Acesso à Informação, o DPRF instituiu o SIC-PRF, que é o Serviço de Informação ao Cidadão da Polícia Rodoviária Federal, centralizado na Sede do Órgão Central da PRF, em Brasília.

Para fins de atender às solicitações de informações nos Estados da Federação, foram criadas Equipes de Interlocutores – EI, no âmbito das Unidades Regionais do Órgão.

No mesmo passo, foi criada a Ouvidoria da PRF, sediada em Brasília, representada nas Superintendências Regionais da PRF por uma Equipe de Interlocutores.

Insta acrescentar que o acesso aos canais se dá por meio eletrônico, preenchendo um formulário na página [www.prf.gov.br](http://www.prf.gov.br) e acessando os links correspondentes ao SIC e Ouvidoria, conforme o assunto a ser tratado.

Para atender as demandas dos cidadãos, no âmbito da 13ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal, foram publicadas duas Portarias, designando os membros das Equipes de Interlocutores, para responderem ou encaminharem as demandas solicitadas pelos cidadãos aos setores competentes, a fim de atenderem o ordenamento que criou os canais de atendimento, para fins de reclamações, sugestões, denúncias, elogios, etc.

Conforme apurado no âmbito da 13ªSRPRF/AL, no exercício de 2013 foram recebidos, tratados e respondidos 02 (dois) pedidos de informação por meio do Serviço de Informação ao Cidadão da PRF (SIC-PRF) e foram recebidas 12 (doze) demandas por meio da Ouvidoria PRF, sendo todas encaminhadas e respondidas pelos setores competentes, dentro dos prazos previstos pela legislação vigente.

### **10.2. Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade.**

A Regional não dispõe de um mecanismo para aferir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes acerca dos serviços prestados, no entanto, encontram-se disponíveis links na página [www.prf.gov.br](http://www.prf.gov.br) com pesquisas para levantar dados capazes de permitir a criação de indicadores eficientes dos serviços prestados.

Os links para as pesquisas de satisfação são os seguintes:

Satisfação:

<https://docs.google.com/spreadsheet/viewform?formkey=dFZfcjZJOE5ZZUR2ZEN2dThwTG1qcEE6MQ>

Pesquisa Ouvidoria:

<https://docs.google.com/spreadsheets/viewform?formkey=dEhnTEpocktGWWhaME9oQ2tIN01zdEE6MA>

Como a gerência dos dados é realizada pelo Órgão central do DPRF, é possível que o mesmo detenha informações suficientes para criar um indicador baseado na satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes, porém, não possuímos essa informação em âmbito Regional.

10.3 Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade

Pelos motivos elencados no item acima, esta Regional (13ª SRPRF/AL) não possui os resultados compilados acerca das pesquisas de opinião realizadas nos últimos três anos pois, a coleta e tratamento dos dados é realizada pela Sede do DPRF, localizada em Brasília.

## 11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

### ***11.1. Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público***

O DPRF disponibilizará sistemática para depreciações/amortizações, por meio do SIPAC para todas as Unidades Jurisdicionadas que compõem o Órgão, após o qual haverá metodologia apropriada para tais atualizações. Com a efetiva implementação citada, a UJ passará a ter condições de atender ao preconizado nas Normas Brasileiras de Contabilidade, notadamente as NBC T 16.10 e NBC T 16.11.

Quanto à restrição 640 – SALDO CONTÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE COM RMB, no mês de outubro de 2013 iniciou-se a transição de dados entre os sistemas ASI e SIPAC/PATRIMÔNIO. Devido a inconsistências apresentadas inicialmente pelo SIPAC, algumas contas contábeis apresentaram distorção que não pode ser resolvida em um primeiro momento. Tais problemas foram comunicados à medida que iam ocorrendo, à Setorial Contábil do Ministério da Justiça. Neste ano de 2014, os problemas foram finalmente solucionados, estando o sistema SIPAC funcionando adequadamente, finalizando-se as ocorrências de tal restrição.


## 11.2. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

### 11.2.1 Declaração com Ressalva



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**SECRETARIA EXECUTIVA**  
**DIRETORIA DE PROGRAMA**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**  
**COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
13ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	200129
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, NBC T 16.9 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.136/2008 e NBC T 16.10 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.137/2008, relativas ao exercício de 2013, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante às ocorrências contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, as seguintes:</p> <p style="margin-left: 40px;">                     a) 634 - FALTA AVALIAÇÃO BENS MÓVEIS/IMÓVEIS/INTANGÍVEIS/OUTROS;                      b) 640 - SALDO CONTÁBIL BENS MÓVEIS NÃO CONFERE C/RMB;                      c) 642 - FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP. ATIVOS IMOBILIZADO;                      d) 653 - SALDO ALONGADO INDEVIDO CONTAS TRANSIT. ATIVO COMPENSADO;                      e) 684 - FALTA DE ATUALIZAÇÃO PASSIVOS EXIGÍVEL A LONGO PRAZO.                 </p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>◦ O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e</li> <li>◦ A análise dos documentos de suporte foi realizada pela unidade gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</li> </ul> <p>Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Local	Brasília/DF
Data	22 de janeiro de 2014
Contador Responsável	JOSÉ CARLOS GOMES
CRC n.º	DF - 9.261/O-7

  
**José Carlos Gomes**  
 CCONT/DPROG/SE/MJ  
 Coordenador

## 12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

Esta Unidade desconcentrada da PRF buscou fortalecer a imagem da Instituição nos âmbitos nacional e estadual, por meio de comparecimento a eventos públicos, reuniões específicas, propostas e formalizações de acordos de cooperação com órgãos públicos, etc.

Neste passo, esta Superintendência esteve presente em todas as reuniões programadas pelo CONSENE (Conselho de Segurança do Nordeste), pela Direção-Geral do DPRF, pela ABIN (Agência Brasileira de Inteligência), pelo Ministério Público do Estado de Alagoas, dentre outros, buscando exercer suas competências em prol da sociedade, trabalhando em conjunto com os mais diversos Órgãos da Administração Pública, nas esferas federal, estadual e municipal.

Em 2013 foram celebrados 03 (três) Termos de Cooperação Técnico-Operacional, figurando o Município de Maceió em dois deles e a Cooperativa de Reciclagem de Alagoas em outro, bem como foi dado início a outros 04 (quatro), destacando-se o celebrado entre a ARSAL (Agência Reguladora de Serviços Públicos de Alagoas), a SEDS (Secretaria de Defesa Social de Alagoas), o DETRAN/AL e o DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), este último tendo como objeto a realocação de postos da PRF no Estado de Alagoas, que deverão ser demolidos em razão da duplicação da BR-101 no Estado.

Cumprir destacar que foram delegadas ao Município de Maceió importantes vias urbanas que coincidiam com trechos de rodovias federais, notadamente as BRs 104 e 316, totalizando cerca de 30 (trinta) quilômetros de rodovia, que irão permitir que a PRF exerça suas atribuições em trechos mais rurais das BRs alagoanas..

Importante ressaltar que no ano de 2013 a Sede desta Regional, localizada na Avenida Durval de Góes Monteiro, nº 2882-A, Tabuleiro do Martins, nesta capital, iniciou as obras de reformas, aprovadas ainda no exercício de 2012, obrigando a mudança da Sede para a Rua Deputado Luiz Gonzaga Coutinho, 434, Jatiúca, até meados do ano de 2014, data em que as obras de reformas provavelmente serão entregues.

Assim, esta Regional terminou o exercício de 2013 superando metas previstas e projetando mais ações para o ano de 2014.